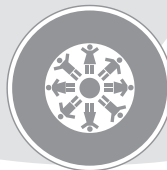


projetoascender

CONSOLIDANDO  
OS PRINCÍPIOS DE  
**RESPONSABILIDADE  
SOCIAL  
CORPORATIVA (RSC)**  
NO NORDESTE  
BRASILEIRO



instituto iris

## REALIZAÇÃO

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE E INVESTIMENTO SOCIAL | IRIS

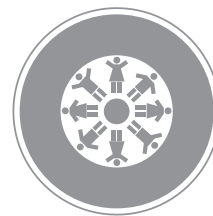
Avenida Tancredo Neves, 148 | Caminho das Árvores

41820-908 | Salvador | BA | Brasil

Telefone 71 3350 5526 | Fax 71 3350 5060

Twitter: @IRISinstituto | Facebook: Instituto Iris

www.institutoiris.org.br | institutoiris@institutoiris.org.br



**instituto iris**

## INVESTIDOR SOCIAL

FUNDAÇÃO KELLOGG

## CONSELHEIROS IRIS

ANDRÉIA SANTOS VIDAL

ANTÔNIO JOSÉ NASCIMENTO

ANA BEATRIZ RIQUE

INGRID BORGES WECKERLE

MÁRCIA MARIA DA CRUZ

NELY OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS

PAULO DE TARSO

REINALDO FEITOSA RIQUE

RICARDO ESPÍNOLA VISCO

VERA LÚCIA SANTOS GUIMARÃES

## ASSOCIADOS IRIS

ALEXANDRE LUÉRCIO

BENITO FERNANDEZ

CARLOS ALEX DE CANTUARIA CYPRIANO

DORIVAL REGINI DE ANDRADE

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA

EDUARDO BORGES DA CUNHA

EWERTON ESPÍNOLA VISCO

HÉLIO TOURINHO

IARA SOUZA FARIAS

ISABEL PORTELA FERNANDES DE SOUZA

LUCIANA GUIMARÃES RIQUE

MARTA DE VITTO RABELO

PAULA CHIES SCHOMMER

RENATO FEITOSA RIQUE

SERGIO BRITTO MAGALHÃES

## COLABORADORES DO INSTITUTO IRIS

ISABEL PORTELA FERNANDES DE SOUZA | Diretora Presidente | 2008-2009

BIANCA CASALI | Assistente de Projeto | 2008-2009

EUNICE FERREIRA | Assistente de Projeto | 2008-2009

ISMAEL TEIXEIRA | Assessoria de Comunicação | 2007-2008

KATIANI ZAPE | Coordenadora do Projeto Ascender | 2007-2008

MARCEL BANE | Estagiário de Jornalismo | 2009

FLÁVIA SENNA | Estagiária | 2007-2008

NELY ALVES | Coordenadora Administrativa-Financeira

**EDIÇÃO** | ISABEL PORTELA FERNANDES DE SOUZA

**RELATORIA** | ENA LÉLIS

**CONSULTORIA** | JOHN SNOW BRASIL, MIGUEL FONTES, RODRIGO LARO

**REVISÃO** | ENA LÉLIS, KATIANI ZAPE

**PROJETO E PRODUÇÃO GRÁFICA** | ANGELA FUJIWARA (CAPA) E SERGIO FUJIWARA

**TIRAGEM** | 1.000 exemplares

SALVADOR | DEZEMBRO DE 2009



# Apresentação

3

Nos últimos anos, as transformações socioeconômicas vêm modificando o pensamento e atitude de empresas antes acostumadas com o objetivo único de maximização dos lucros. Uma vez que a pressão pela transparência dos negócios começa a ocorrer, a empresa se vê forçada a posicionar de maneira mais responsável as suas ações. Pensando nisso, o Instituto de Responsabilidade e Investimento Social - IRIS foi criado com o objetivo de fomentar a prática da responsabilidade e do investimento social em organizações privadas, não governamentais e governamentais, trabalhando para que estes gestores percebam a importância da gestão responsável para a própria sustentabilidade da sociedade e de seus negócios. Para tal, diversos programas e ações já foram desenvolvidos, com destaque ao Projeto ASCENDER, o qual teve início em 2007.

O Projeto ASCENDER foi gerado após o Instituto IRIS verificar, junto a representantes do setor empresarial, associações de classes, organizações governamentais e não governamentais da Bahia, que os conhecimentos sobre a temática da Responsabilidade Social eram incipientes e incapazes de motivar uma mudança de atitude. Vários fatores contribuíam para este cenário, entre eles: a falta de acesso dos micro e pequenos empresários a essa discussão, visto que esta se encontrava centrada nos centros acadêmicos ou em espaços não viáveis economicamente para este setor; os resquícios da cultura paternalista e assistencialista, a qual ainda faz parte do comportamento de muitos empresários; e a ausência de espaços para a construção de aprendizagens sobre o assunto. A identificação do tema no cenário baiano, a construção de aprendizagens e a viabilização de uma reflexão crítica no contexto socioeconômico e ambiental foram as geratrizes do Projeto ASCENDER, que teve, durante dois anos, a Fundação W. K. Kellogg como financiadora.

Tendo em vista que não apenas o Estado, mas também a sociedade civil possui um papel fundamental na transformação social, esse Projeto intenciona criar uma nova visão de fazer negócios, aliando desenvolvimento econômico com práticas socialmente responsáveis. Dessa maneira, contando com o apoio de parceiros e de seu financiador, o Projeto realizou a primeira etapa das Rodas de Diálogo, composta por quatro Rodas, ocorridas em Salvador-BA, no segundo semestre de 2007; um Fórum – o Fórum IRIS de Responsabilidade Social –, realiza-



do em Feira de Santana-BA, em abril de 2008; e um Seminário – o Seminário Ética e Transparência nas Empresas de Pequeno Porte -, que ocorreu em julho de 2008, também na cidade de Salvador-BA.

O presente documento fundamenta-se na compilação e sistematização dos dados dos seis eventos posteriores, que compreendem a 2ª etapa das Rodas de Diálogo IRIS, todos realizados na cidade de Salvador-BA, e que apresentaram os seguintes temas:

**V Roda** | Evolução do Movimento de Responsabilidade Social – Passado, Presente e Futuro

**VI Roda** | RSE: O que eu ganho com isso?

**VII Roda** | Alianças Estratégicas para o Desenvolvimento Social Sustentável

**VIII Roda** | Desenvolvimento Social Sustentável

**IX Roda** | Cidades Sustentáveis

**X Roda** | Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

## REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia da 2ª etapa das Rodas de Diálogo IRIS foi construída com base em princípios como o diálogo democrático, a valorização do outro, o respeito e a inter/transdisciplinaridade. O diálogo foi utilizado como ferramenta principal para construção de conhecimento, esclarecimento de dúvidas, bem como meio de apresentação de experiências vividas pelos diferentes setores da sociedade, que se encontravam ali presentes.

O formato desenhado considerou os diferentes saberes e colocou na mesma hierarquia palestrante, debatedores e público, permitindo, assim, que o tempo de diálogo fosse compartilhado.

A explanação inicial de cada Roda foi realizada pelo palestrante, ficando os debatedores responsáveis pela coordenação e condução das discussões. Após esse momento, as interpelações partiram tanto dos debatedores quanto do público, podendo este ser chamado de participante, dada a sua inserção direta na dinâmica do diálogo.



## RODAS DE DIÁLOGO IRIS | 2008 – 2009

V	Roda de Diálogo	7
VI	Roda de Diálogo	16
VII	Roda de Diálogo	27
VIII	Roda de Diálogo	37
IX	Roda de Diálogo	47
X	Roda de Diálogo	61
	Dados Estatísticos	72
	Minicurriculo dos convidados	74
	Equipe de Trabalho	79





# V Roda de Diálogo IRIS

NOVEMBRO 2008

A V Roda de Diálogo IRIS, que teve como tema Evolução do Movimento de Responsabilidade Social – Passado, Presente e Futuro, aconteceu na cidade de Salvador, no Auditório Ewerton Visco - Shopping Iguatemi, das 9h às 11h30min, e contou com a presença de empresários, membros do terceiro setor e estudantes, reunindo cerca de 73 participantes.

A fim de atingir os objetivos dessa proposta, utilizou-se como estratégia a articulação com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, A Tarde, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos.



## ABORDAGEM DO TEMA

Dar continuidade ao fomento da Responsabilidade Social Empresarial na Bahia, bem como discutir a evolução cronológica e funcional desse conceito no Brasil e no mundo foram os objetivos da V Roda de Diálogo, que teve como convidados o sociólogo, ex-presidente do GIFE<sup>1</sup> e diretor executivo do Instituto Vonpar<sup>2</sup>, Léo Voigt; a jornalista e membro da SaferNet<sup>3</sup>, Daniela Silva; e o gestor público Geraldo Machado.

**1.** O GIFE foi a primeira associação da América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado.

**2.** A Vonpar Refrescos S.A. é a franqueada da Coca-Cola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Com atuação voltada para o marketing e serviços, com ênfase em qualidade, atendimento, distribuição e relacionamento, a Vonpar opera na fabricação e distribuição de bebidas da linha Coca-Cola e na distribuição de bebidas da Femsu Cerveja Brasil e Água Mineral Charrua.

**3.** A SaferNet Brasil é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito, com a missão de defender e promover os Direitos Humanos na internet. É voltada basicamente para luta contra a pedofilia e todas as formas de racismo em sites brasileiros ou feitos por brasileiros ou voltados para o Brasil em qualquer provedor estrangeiro.



RODAS DE  
DIÁLOGO



Da esquerda para a  
direita: Daniela Silva, Léo  
Voigt e Geraldo Machado

Uma vez aberta a discussão, Léo Voigt colocou os últimos três séculos como sendo um período de progresso civilizatório da humanidade, caracterizado pelo avanço dos direitos sociais acima dos tecnológicos, sendo que esse progresso encontra-se, de acordo com Voigt, fragmentado em gerações e classificado da seguinte maneira:

**1ª geração (séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX):** direitos de sinal liberal;

**2ª geração (segunda metade do séc. XIX e primeira metade do século XX):** direitos de sinal socialista;

**3ª geração (pós-guerra):** direitos de sinal ético, solidário e fraterno.

Parte desses direitos, segundo Voigt, ainda não se encontra inserida na legislação brasileira; no entanto, a RSE é um movimento que tem auxiliado esse processo civilizatório. Ao tratar da 3ª geração de direitos, o palestrante considerou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como o maior passo de transformação social, tendo em vista que, mesmo sendo criticada em seus capítulos econômicos e políticos, sobressai-se em seu capítulo social, ao retomar os direitos das três gerações e traduzi-los para a realidade brasileira. Voigt afirmou ainda que a legislação influenciou na construção das políticas públicas propostas pelo Estado e pela sociedade. Segundo ele, irrompeu, então, a partir da década de 70, uma sociedade fraca com um Estado forte, que somente começou a se modificar no governo militar, dado o fortalecimento desta nesse período, tornando-se, conforme o palestrante, uma sociedade forte, cívica e participativa, que somente entraria em crise no governo Lula.



Ao enumerar as leis e códigos instituídos pela Constituição de 88, Léo Voigt tratou dos benefícios dos quais desfruta hoje a sociedade brasileira, protegida pela legislação pública desde então. O palestrante, ao afirmar que o movimento da RSE surgiu com o mesmo sinal dos códigos e leis aos quais fez referência, propôs, com isso, uma reflexão a ser feita pelos presentes.

A elite empresarial brasileira, segundo Voigt, percebeu a necessidade de inserir o tema da RSE no ambiente de trabalho, sendo este considerado por ele como “inóspito, onde os temas da cidadania, da proteção social, do direito à participação política e livre opção não dialogavam”. Ainda ilustrando esta condição passada, fez uma analogia entre o pensamento das empresas privadas e o sistema de governança hierárquica dos antigos feudos. A comunidade, de acordo com o palestrante, começou a ser assistida a partir da década de 90, através das ações sociais, dos projetos assistenciais promovidos pelas empresas, estando estes diretamente relacionados ao sucesso destas. Neste momento, irromperam os institutos e fundações com foco direcionado na expansão do orçamento e no investimento em projetos de ordem social, cultural e ambiental. A exemplo, Voigt citou as três fundações socialmente relevantes existentes no Brasil no início dos anos 90: a Fundação Odebrecht, a Fundação Projeto Pescar e a Fundação Roberto Marinho. Segundo o sociólogo, a partir do momento em que as empresas se consolidaram como organizações empresariais complexas, passando a dedicar parte do orçamento a projetos públicos, a prática social tornou-se sistemática.

No entanto, Voigt colocou que essas empresas privadas, ao ingressarem nessa temática, o fizeram com grande poder de contribuição, seja pelo poder político, seja pela capacidade de recursos de investimento, e obtiveram insucessos, uma vez que tratavam, na verdade, de filantropia. Essa denominação esteve marcadamente profusa na primeira metade dos anos 90 e começou somente a ganhar ordenamento na segunda metade da década, com o surgimento de duas empresas: ETHOS, com o conceito de Responsabilidade Social Empresarial, e GIFE, com o conceito do Investimento Social Privado. Até então, a ação social no mundo empresarial não era conceituada e, além disso, confundia-se com filantropia, a qual, diferente dos países anglo-saxões, era tida, no Brasil, como um sentimento de piedade, pena, uma marca hierárquica de superioridade. Ao tratar desse aspecto, Voigt rememorou a sua gestão no GIFE, quando pôde perceber diretamente empresários empenhados em fragmentar e desfazer esta antiga denominação tão arraigada de comiseração. O palestrante teceu também uma comparação entre as duas organizações, dedicando ao GIFE o papel de não identificação com a caridade (ressaltada como piedade, excluindo o seu sentido bíblico), expressão esta já descartada na sua noção de investimento social privado, enquanto que o ETHOS foi colocado dentro de um conceito mais amplo, nascido a partir de um debate de ideologia, de um con-



RODAS DE  
DIÁLOGO

ceito “americanista”. Nesta oportunidade, Voigt fez referência a Oded Grajew<sup>4</sup>, citando o Business for Social Responsibility - BSR<sup>5</sup>. Importante salientar que, enquanto colocava os conceitos de RSE e Investimento Social Privado, o sociólogo lembrou que ambos são assumidos pelo Instituto IRIS.

Dando continuidade, o palestrante tratou dos discursos ideológicos presentes até a década de 90, os quais, durante sete décadas, colocaram empresas privadas e ONGs em sentidos contrários. A partir de então, com o surgimento do conceito de RSE, os dois setores passaram a convergir.

*RSE é, portanto, um compromisso de todos. Se há crianças nas ruas ao relento na cidade de Salvador, se há velinhos com falta de políticas públicas, se o meio ambiente está sendo agredido é uma vergonha pra todos nós, não é uma vergonha pra um setor da sociedade. Não é uma vergonha pra parte. É uma vergonha pra todos! Portanto, a responsabilidade social porque aquilo está ocorrendo é de todos nós. (...) Qual é a contribuição que tu das pra que aquilo seja diferente? Então, isso faz o conceito de Responsabilidade Social.*

**Declaração de Léo Voigt, em referência às práticas e conceito da RSE**

*As diferenças não somem, as divergências não se apagam, mas a possibilidade de colaboração surge. E eu acho que esse é o grande mérito da RSE.*

**Declaração de Léo Voigt, sobre as divergências entre os setores da economia**

**4.** Presidente do Instituto ETHOS.

**5.** O Business for Social Responsibility – BSR trabalha com a uma rede global de mais de 250 empresas membros para o desenvolvimento sustentável das empresas, estratégias e soluções através de consulta, investigação e colaboração intersetorial. Possui escritórios na Ásia, na Europa e na América do Norte.

**6.** Presidente da ONG Natal Voluntários.

**7.** Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial. Tem como missão promover e difundir o conceito e a prática da RSE, no intuito de impulsionar o desenvolvimento sustentável na Argentina, trabalhando junto às empresas através de redes de informação, troca de experiências e colaboração mútua.

Por dedicar ao GIFE e ao ETHOS a responsabilidade das mudanças no campo social brasileiro, Voigt fez questão de salientar que apenas centralizou nessas duas organizações, não intencionando, no entanto, ser exclusivista. Para tanto, colocou que surgiram outras organizações locais e regionais, referenciando Mônica McDowell<sup>6</sup> e o GIFE Sul, acrescentando ainda demais organizações semelhantes em toda a América Latina. Na oportunidade, afirmou que a RSE no Brasil serviu de referência para os países latino-americanos, os quais buscaram experiência junto ao ETHOS e ao GIFE, a exemplo do IARSE<sup>7</sup>, na Argentina. Foi ressaltado ainda que, a partir da segunda metade da década de 90, todas essas organizações encontravam-se financiadas pela Fundação Kellogg.

Por fim, Voigt disponibilizou um texto de sua autoria, o qual contém mandamentos que foram construídos com ideia baseada no texto Precauções Metodológicas para tratar do tema do poder, do livro Microfísica do Poder, de Paul-Michel Foucault. Nele, Voigt escreveu seus mandamentos sobre o tema da RSE, apresentando-os em seminário promovido pela Fundação Kellogg.

Para dar início ao debate, a jornalista Daniela Silva apresentou a SaferNet, ONG para a qual trabalha, a qual defende os direitos humanos na internet. Silva se deteve, neste momento, em relatar uma experiência que a SaferNet vivenciou com a Google, por conta de denúncias decorrentes do site de rela-



cionamentos Orkut. Em breves palavras, a debatedora colocou que, após a SaferNet tentar um diálogo com a Google, dada a demasiada quantidade de denúncias sobre pornografia infantil, houve uma forte resistência desta empresa em assimilar o conceito de RSE, alegando que cumpriam não a legislação brasileira, mas a americana. Somente após três anos, com a criação da CPI da pedofilia, no Senado Federal, e depois de ter sido convocado por duas vezes, o representante legal da empresa compareceu à CPI, quando assinou um termo de cooperação entre a SaferNet e a Google, bem como um termo de ajustamento de conduta entre a Google e o Ministério Público. A partir de então, a empresa tem a obrigação de responder às reclamações da SaferNet dentro de um prazo de 24 horas.

Realizada a explanação dessa experiência, a debatedora dirigiu a Voigt a seguinte indagação: Se uma empresa precisou de tanto para aderir essa atitude (RSE), ela pode ser considerada genuinamente responsável socialmente? De acordo com a essência do movimento de RSE, não deveria existir uma proatividade por parte dessas empresas?

Para tanto, Voigt colocou-se enfaticamente contrário à ideia de que, no caso colocado por Silva, a empresa estaria, depois de pressionada, praticando RSE. De acordo com sua opinião, uma vez que uma empresa é autuada e se adequa, ela está cumprindo uma obrigação, e não fazendo parte do movimento. Em contrapartida, afirmou que existem empresas reconhecidas pela atuação socialmente responsável e que, no entanto, não estão isentas de denúncias e questionamentos. Por conta da existência dessas empresas, Voigt apresentou a diferença dos critérios de inserção no ETHOS e no GIFE, onde este se mostra mais restrito e criterioso, ao selecionar empresas que apresentem um mínimo de dois anos de dedicação a ações de interesse público, e aquela possibilita que empresas interessadas aprendam a se desenvolver com o movimento da RSE.

*Isso não anula o movimento nem o conceito. Isso anula o ator social.*

***Declaração de Léo Voigt, a respeito das empresas que encontram dificuldades em aderir ou se adequar ao movimento da RSE***

Finalizada a explanação de Voigt, referente à interpelação de Silva, o gestor público Geraldo Machado iniciou sua colocação a respeito da temática. Colocou que a sua experiência como diretor da Fundação Luís Eduardo fê-lo conhecer um Estado enfraquecido pelas políticas ditas neoliberais, no contexto da globalização, geradora de riquezas, mas também de demasiada exclusão social e degradação ambiental. Nesse cenário enfraquecido, irromperam, de acordo com o debatedor, as políticas sociais. E acrescentou que os três setores, diferente do que Voigt colocou, permanecem em direções divergentes, uma vez que lhes falta preparação de liderança e capacidade



RODAS DE  
DIÁLOGO

de engendrar projetos coletivos que gerem impactos. Por fim, afirmou que mesmo havendo um protagonismo maior das empresas privadas no cenário da RSE, este não apresenta consideráveis modificações, visto que há, de acordo com Machado, uma grande dispersão no sistema de governança dessas empresas. Desta maneira, solicitou a Voigt que discorresse a respeito dessas colocações.

Silva, ao tomar a palavra, sugeriu que Voigt comentasse ainda sobre o fortalecimento da concorrência entre os três setores, afirmação esta gerada de sua percepção sobre o atual cenário social.

O palestrante colocou-se em consonância com a opinião de ambos os debatedores, acrescentando que o movimento da RSE e o movimento empresarial somente produzirão mudança social relevante se estiverem em convergência com as políticas públicas. No entanto, reconheceu ser o seu pensamento mais otimista, visto que acredita que o processo de diálogo entre estas instituições está em andamento. Ponderou que esse processo demanda tempo e paciência, podendo durar gerações para se concretizar. A exemplo desta “paciência histórica”, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi referenciado.

Voigt argumentou ainda sobre as fatais consequências que a competitividade pode gerar ao campo social, afirmando que, enquanto a palavra-chave da empresa privada preza a competição e a inovação, a RSE foca na cópia, na reprodução de boas ações, sendo esta uma grande dificuldade de inserção e adequação daquela.

*Enquanto que a cultura do mundo empresarial é a do segredo, da competitividade e de levar vantagem, dar vantagem competitiva ao teu negócio, quando atua na área social é justo o contrário. A colaboração, a cópia, a imitação é a virtude do teu projeto. E esse é o aprendizado que algumas empresas já obtiveram. Nem todas.*

**Declaração de Léo Voigt, a respeito do diferenciado foco que as empresas privadas precisam aderir na adequação da RSE**

Ao fim da sua colocação, Voigt pôs como estratégia positiva das empresas privadas genuinamente responsáveis socialmente o fato de colocarem como membros de sua equipe - a exemplo de contadores, vendedores e comunicadores - pessoas do Estado ou do terceiro setor.

*Portanto, eu digo que quem tem atitude competitiva nesse setor está com os dias contados.*

**Declaração de Léo Voigt, ao condenar as empresas que tentam, erroneamente, mesclar competitividade com ações socialmente responsáveis**

Iniciado o bloco de perguntas e respostas, em que estas eram direcionadas



a Voigt, o primeiro questionamento interrogou a respeito das organizações que, mesmo estimuladas a desempenhar o seu papel junto a empresas privadas, não obtém retorno na busca de apoio e financiamento. Para tanto, Voigt colocou que, a partir da segunda metade dos anos 90, as empresas começaram a criar seu próprio projeto sobre esse tema. Esse fato foi apresentando por Voigt como um “movimento perverso” e um “desvio de missão”, visto que uma empresa, ao realizar determinada atividade que foge ao seu escopo, depende mais tempo e impede o fortalecimento de outras que possuem capital humano já constituído para tal. O sociólogo explicitou o seu desejo de que esse desvio de atitude empresarial, que não beneficia as empresas do terceiro setor, seja passageiro e, por fim, colocou a Vonpar Refrescos S.A. como um exemplo de atitude empresarial defendida por ele.



**Participantes em questionamentos, após explicações do palestrante Léo Voigt e dos debatedores Daniela Silva e Geraldo Machado**

O segundo questionamento retomou o ativo papel dos jovens na luta pelos direitos humanos, no período militar, e buscou saber do sociólogo Léo Voigt a sua opinião a respeito do comportamento dos jovens, dos estudantes e das escolas no contexto da responsabilidade social, atualmente. Em resposta, Voigt colocou o cerceamento, pelo governo militar, dos canais institucionais oficiais de participação civil, que são os partidos e os sindicatos, e a conseqüente desmobilização social e posterior organização espontânea, formando as entidades comunitárias, as comunidades de base, entre outras. De acordo com o sociólogo, essas comunidades de base serviram de suporte para a formação de um novo movimento cívico, claramente republicano e autônomo, entre os anos 80 e 90, no Brasil. Por fim, colocou a formação dos atuais partidos políticos brasileiros e teceu comentários a respeito da política argentina, comparando-a com a brasileira.

Igualmente direcionado a Léo Voigt, o terceiro questionamento focou no fato de a Constituição de 88 não ser incorporada pela sociedade, sobretudo pelo sistema educacional. Para tanto, o sociólogo afirmou ser a Constituição uma lei que já constituiu em todo o território nacional a rede de serviços necessários para ser viabilizada, suprimindo as exigências da própria Constituição, do ECA, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O consenso entre os atores sociais é a efetividade da rede existente, a efetividade da saúde, da educação, da assistência social etc., uma vez que existe a verticalização das políticas públicas, em detrimento da transversalidade destas, considerada um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil, atualmente. Este fato, conforme opinião do sociólogo, ocorre devido à ausência de diálogo entre as secretarias (educação, saúde etc.). Finalmente, o palestrante defendeu o Sistema Único de Saúde – SUS expondo dois exemplos



RODAS DE  
DIÁLOGO

para ilustrar a eficiência desse órgão, o qual possui, segundo ele, uma heterogeneidade na qualidade do atendimento básico em algumas regiões do país, fato este que não deveria desqualificar o Sistema como um todo.

O quarto e o quinto questionamentos intentaram compreender de que maneira a parte menos beneficiada da sociedade, às margens das políticas públicas, pode ser transformada e como as empresas privadas podem contribuir para essa transformação. Voigt esclareceu-os expondo sua opinião de que a tarefa redentorista da sociedade está na junção dos setores, em um conjunto. Colocou que as perguntas que ora lhe foram feitas encontravam-se carregadas de expectativas e que era necessário ponderar a visão de que no mundo não impera o homem idealizado por Karl Marx<sup>8</sup> e, sim, o homem real, individualista. Com isso, o palestrante acrescentou que se faz necessário que as pessoas cessem o hábito de pôr a culpa na falta de atitude dos protagonistas sociais e tornem-se mais proativas.

*Nós temos de nos dobrar diante à realidade. Isso é muito mais processual e complexo do que a vontade dos entes. Vamos sair dessa abstração de achar que eu tenho de convencer os outros ou está faltando vontade política. É também limite operacional das nossas competências, capacidades e realidades.*

*Léo Voigt, sobre a necessidade de atitudes individuais e proativas*

**8.** Intelectual, economista e revolucionário alemão do séc. XIX, fundador da doutrina comunista moderna.

**9.** Professor de Sociologia e Diretor do Centro de Pesquisa, Universidad del Pacífico, Lima, Peru.

**10.** Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são uma série de oito compromissos aprovados entre líderes de 191 países membros das Nações Unidas, em setembro de 2000. O intuito é garantir, até 2015, a redução pela metade da porcentagem de pessoas que vivem na extrema pobreza, o fornecimento de água potável e educação a todos e o combate à propagação da AIDS, malária e outras doenças. Também ficou determinado o reforço às operações de paz das Nações Unidas para que as comunidades vulneráveis possam se proteger em tempos de conflito.

Feito isso, fez a leitura de uma citação de Felipe Portocarrero<sup>9</sup>, a qual apresentava igual ideia. Voigt tratou dos avanços dos indicadores sociais e das Metas do Milênio<sup>10</sup> que já estão sendo cumpridas, ressentiu-se pela impossibilidade de ilustrar esses dados estatísticos neste evento, predispondo-se a tal realização em próxima oportunidade, e acrescentou que a Bahia é um estado pessimista, incapaz de observar essas melhoras. Ao finalizar, o sociólogo afirmou que os dois maiores enfrentamentos do país dizem respeito aos indicadores ambientais e socialmente excludentes.

As três últimas perguntas, também complementares, referiram-se à lenta evolução dos indicadores anteriormente comentados por Voigt, acrescentando o alto índice de desemprego da juventude brasileira como um dos principais motivos para tal. Destacou-se ainda a ausência de investimentos socialmente responsáveis nos centros periféricos, não beneficiando, desta maneira, a população negra. Além disso, o debatedor Geraldo Machado dirigiu, neste momento, seu comentário a respeito de uma afirmação de Oded Grajew, lida em uma revista durante um voo, a qual informava que as maiores empresas engajadas com a RSE investem um montante inferior a 1% do seu faturamento, enquanto o ETHOS defende não apenas o investimento de 1%, mas também dos 99% restantes. Solicitou que Voigt comentasse essa afirmação e colocou ainda a sua observação quanto aos gastos que uma empresa realiza com a divulgação de seus projetos, os quais lhe parecem maiores que o



RODAS DE  
DIÁLOGO

valor despendido com a realização dos mesmos. Para tanto, em uma colocação abrangente, Voigt afirmou não ser verdadeira a observação de Machado sobre a discrepância de investimento entre marketing X realização de projetos, respaldando-se em informações do GIFE. Além disso, apontou valores, oralmente, para melhor elucidar o alto investimento correspondente ao 1% destinado à RSE, lembrou que maior parte do faturamento de uma empresa é desviada ao pagamento de impostos e novamente tratou de dados estatísticos ligados às 110 empresas associadas ao GIFE.

Importante ressaltar que as perguntas foram formuladas por participantes que representavam faculdades, órgãos sociais e empresas.

A V Roda de Diálogo foi encerrada dentro do prazo previsto, sob satisfatórias manifestações de contentamento dos participantes e convidados.



RODAS DE  
DIÁLOGO

# VI Roda de Diálogo IRIS

MARÇO 2009

A VI Roda de Diálogo IRIS foi realizada no dia 19 de março de 2009 e teve como tema RSE: O que eu ganho com isso? A Roda aconteceu na cidade de Salvador, na FIEB, das 9h às 12h, e contou com a presença de empresários, membros do terceiro setor, do governo, de faculdades e universidades, além de participantes que não identificaram o setor ao qual estavam inseridos, reunindo cerca de 61 participantes.

A fim de atingir os objetivos dessa proposta, utilizou-se como estratégia a articulação com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, FIEB, A Tarde, TRÊSMARIAS Núcleo de Marketing, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos.

## ABORDAGEM DO TEMA

Debater a respeito das vantagens de aderir uma atitude empresarial socialmente responsável foi o principal objetivo do Instituto IRIS nesta 6ª edição das Rodas de Diálogo, que teve como convidados o diretor do IARSE, Luis Ulla, a diretora de Relações Institucionais do Instituto Ação Empresarial pela Cidadania/PE, Susana Leal, e o sócio-diretor da Damicos Consultoria e Negócios – DCN, Fábio Rocha. A VI Roda foi aberta pela superintendente do Instituto IRIS, a qual apresentou os convidados e o tema desta edição.

Uma vez iniciada a sua explanação a respeito do tema, Luis Ulla discorreu sobre o histórico do Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial - IARSE<sup>11</sup>, esclarecendo sua missão, bem como o seu intento na promoção de núcleos empresariais em cidades argentinas. Em dado momento, expôs o seu entusiasmo com o aumento acelerado de contatos que o IARSE estabeleceu, mesmo com materiais e métodos simples de divulgação, como é o caso do boletim eletrônico, também utilizado pelo Instituto. Ulla exibiu, ainda, o material atualmente apresentado a Córdoba e Buenos Aires, um Guia de Inclusão Econômica e Social, o qual instrui uma empresa a criar oportunidades de inclusão nestes dois sentidos, o que se configura, de acordo com o palestrante, um grande desafio neste atual momento de crise econômica.

O palestrante, após descontraída confissão de quanto considera difícil tratar do tema em questão, afirmou que essa dificuldade surge quando se tem de desfragmentar a ideia da RSE como sendo uma ganância empresarial e não uma virtude. Mais que isso, apresentá-la como um ganho material e palpável. Neste

**11.** Instituto fundado em 2002, que tem como missão a promoção e a difusão da ideia da RSE, no intuito de estimular o trabalho conjunto entre as empresas.



**Susana Leal debate sobre o tema da VI Roda de Diálogo**



momento, Ulla estabeleceu uma comparação entre Filantropia e RSE, utilizando-se da definição na qual Filantropia é “a maneira como uma empresa gasta parte do seu dinheiro com a comunidade” e RSE, sendo uma atitude divergente, caracteriza-se como “a maneira como a empresa ganha o seu dinheiro”. Para Ulla, a RSE é, em outras palavras, um modo de conduzir os negócios, gerando triplicação de valores para a empresa e para a sociedade, entre os quais: valores ambientais, econômicos e sociais. Desta afirmação, o palestrante concluiu que a pergunta-tema desta Roda – O que eu ganho com isso? – passa então a ser “O que nós ganhamos com isso?”, visto que o benefício não se dá somente para a empresa, mas se estende para o seu entorno, para a sociedade que a localiza. Dito isso, Ulla exibiu a imagem da Arca de Noé, tecendo uma alusão com as empresas que têm de aprender a lidar com a diversidade e pensar nos ganhos dentro de um conjunto, tendo em vista que se cria uma relação de interdependência. Definir-se, enfim.

*Então, essa é a ideia de como você se vê dentro de um conjunto, como que você pesa seu ganho econômico dentro do conjunto, como você crê que ele está para esse conjunto que você defende.*

**Declaração de Luis Ulla, acerca da análise que o empresário deve realizar, inserindo sua empresa em um conjunto de relações**

Em um momento seguinte, o palestrante apresentou alguns questionamentos inerentes à ideia da RSE. O primeiro deles interrogou se “a sustentabilidade é compatível com as finanças?”. Para tanto, a resposta se mostrou positiva, mas com a ponderação de que nem sempre essa realidade é a que se apresenta. De acordo com o palestrante, se a RSE significa construção de valor econômico e social para a empresa e sociedade, logo, é possível que as finanças tenham uma relação direta como sucesso empresarial. A segunda interpelação levantou o seguinte questionamento: lucro comercial e lucro social são compatíveis? É possível ter esses dois tipos de lucro, concomitantemente? Após mais uma resposta positiva, Ulla discorreu sobre Michael Porter<sup>12</sup> e seu trabalho conjunto com Mark Kramer, a respeito da RSE Estratégica versus Sociedade<sup>13</sup>.

Para exemplificar a possibilidade de criação concomitante de valores sociais e econômicos, o palestrante, utilizando-se de recursos visuais, exibiu propagandas publicitárias de empresas que adaptaram seus produtos à realidade do seu entorno. Em exemplo, a multinacional Avon, que, no México, focou a sua propaganda na violência contra a mulher e teve, então, aumento nas suas vendas naquele país; um cartão de visita de uma dentista, o qual apresentava em um dos lados a marcação para nova consulta e no outro os Direitos da Criança; uma companhia de seguros, da Argentina, que divulga maneiras de conduzir bem no trânsito; a Natura, que tem como matéria-prima o meio ambiente e, no entanto, possui uma densa campanha publicitária de proteção



**Fábio Rocha debate sobre o tema da VI Roda de Diálogo**

**12.** Professor da Harvard Business School, com interesse nas áreas de Administração e Economia. É autor de diversos livros sobre estratégias de competitividade.

**13.** Michael Porter e Mark Kramer, em artigo de 2006, premiado pela Harvard Business Review (Strategy and Society - The Link between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility)



RODAS DE  
DIÁLOGO



**Luis Ulla, palestrante da  
VI Roda de Diálogo IRIS**

ao meio ambiente. Ademais, Ulla citou outros exemplos, demonstrando que a ideia de apresentar preocupação social traz retorno econômico. Valores sociais, ambientais e econômicos podem ser, portanto, de acordo com o palestrante, tratados de maneira homogênea.

Conforme lembrou o palestrante, a imagem, bem como a marca, são os valores intangíveis de uma empresa, os quais, quando esta é bem sucedida, valem mais que os próprios valores tangíveis. Deste ponto, Ulla alertou que o valor da marca está diretamente relacionado a uma conduta responsável. Acrescentou ainda que, uma vez conquistado o sucesso, uma empresa não deve esquecer-se do fator “tempo”, tendo, com isso, de continuar adaptando-se ao seu contexto.

A ideia de triplicação de valores, segundo Ulla, deve ser pensada como uma ética que transpassa transversalmente toda a organização, uma vez que não se pode pensar em valores sem cuidar internamente de uma empresa, seus funcionários, fornecedores etc. Ao contextualizar a sua fala com o tema da Roda, o palestrante apontou os ganhos de uma empresa quando esta se porta de maneira eticamente responsável. A transparência foi citada como exemplo, visto que está fortemente ligada à credibilidade, que, uma vez conquistada, aumenta o respeito do público pela marca da empresa, valorando, assim, esse bem intangível. Dando continuidade ao seu discurso, o palestrante declarou que a ética empresarial diminui a corrupção interna de uma organização, trazendo orgulho à equipe que a compõe e, conseqüentemente, inspirando maior cuidado com o ambiente de trabalho, com as relações interpessoais, com o capital e, numa visão mais ampla, com o mundo. Em suma, o cuidado gera a produtividade, que, por sua vez, gera competitividade. Com isso, Ulla concluiu essa ideia tratando da importância de se compartilhar essa cadeia de valores com os funcionários, fornecedores e distribuidores que integram a organização, produzindo, assim, diminuição de riscos para esta. Como exemplo, citou as empresas petrolíferas, que terceirizam o serviço de logística.

Quando se trabalha com RSE, a empresa também obtém, de acordo com Ulla, ganhos com clientes e consumidores, visto que necessita destes para valorarem as mudanças realizadas em seus produtos. E mesmo que estes custem mais ao cliente, ele vai estar disposto a pagar por isso, aumentando o seu valor de marca, distinguindo-o dos demais produtos similares. O palestrante, enfim, recorreu a essa ideia da inovação de produtos e serviços como solução para o atual momento de crise econômica que o país vem enfrentando.

*Se esse produto for feito no Brasil ou na China, tem que haver alguém que diga 'Sim, tecnologicamente é o mesmo. Mas socialmente e ambientalmente não é o mesmo.'. Tem que criar diferenciações.*

**Declaração de Luis Ulla, a respeito da importância da opinião dos clientes para uma empresa, exemplificando a sua fala ao exibir um controle remoto para slides, que estava utilizando no momento**



Ulla salientou a sua crença de que a empresa que trabalha a RSE de maneira consciente e bem feita, valorizando, sobretudo, o seu entorno e o seu contexto, contribui para o desenvolvimento local, o que, para ele, configura-se como fator imprescindível para o triângulo da competitividade (conhecimento, tecnologia e inovação). Lembrou que, ao investir na comunidade (educação, saúde etc.), a empresa investe também em mão de obra, qualificando-a; aumenta a competitividade; e melhora a qualidade de vida, definindo-se, assim, como uma empresa amigável.

O palestrante apontou três modos de se alcançar a legitimidade empresarial:

1. Se uma empresa apenas cumpre com as leis, a sua legitimidade permite que ela exista;
2. Se uma empresa possui preocupações além de apenas o cumprimento das leis, como a filantropia e as iniciativas sociais, a sua legitimidade permite que ela opere;
3. Mas se uma empresa vai além do cumprimento das leis e da necessidade de operar, ela prospera.

Ao reportar-se novamente a Michael Porter, Ulla expôs a necessidade de se trabalhar com estratégias de inovação social e ambiental ligadas aos negócios para, assim, encontrar a verdadeira legitimidade empresarial.

Por fim, Ulla apresentou “10 princípios para um negócio iluminado”, dentre os quais:

1. Elevar o bem-estar do outro;
2. Agir com absoluta equidade;
3. Respeitar seus compromissos;
4. Ser completamente honesto;
5. Unir-se às pessoas;
6. Falar com respeito e com profissionalismo;
7. Tratar de assuntos transcendentais e que agreguem valor;
8. Alegregar-se com os ganhos do outro;
9. Encontrar felicidade naquilo que se tem;
10. Ver o potencial oculto em todas as coisas.

Afirmando serem esses os princípios para uma empresa obter sucesso, Ulla finalizou a sua explanação, passando a palavra para a debatedora Susana Leal.

Ao dar início ao debate, Leal comentou sobre a relevância de se considerar que, como foi dito brevemente por Ulla, o IARSE foi fundado em meio a uma crise econômica, sendo hoje uma organização autossustentável, com o auxílio das empresas que são associadas a ela. Mais que isso, a debatedora afirmou



RODAS DE  
DIÁLOGO

que, diante de um mapeamento que realizou com algumas empresas em onze estados brasileiros que fazem parte de uma rede de atuação nacional pela cidadania empresarial - a exemplo do Instituto IRIS, do Ação Empresarial pela Cidadania e do Instituto ETHOS -, nenhuma possui a autossustentabilidade apresentada pelo IARSE. Dito isso, direcionou ao palestrante uma questão: Por que o empresariado brasileiro, mesmo tendo apresentado um avanço nos últimos anos, ainda possui resistência em investir no campo da RSE?

Em seguida, Leal apresentou uma citação de Martin Luther King, rememorada durante a explanação de Ulla, que trata da relação de interdependência entre as pessoas, para que o mundo seja melhor construído. Neste momento, a debatedora colocou o mundo como o todo, sendo as pessoas a parte do todo, fazendo aí a relação com a Arca de Noé, mencionada pelo palestrante. Essa relação de interdependência, segundo ela, é favorável à consciência de Sustentabilidade individual, empresarial e global.

Além disso, Leal apresentou outra questão, baseada na sua experiência com as visitas às empresas, no mapeamento já citado, quando os empresários lhe interrogavam sobre as razões de serem socialmente responsáveis, pagar impostos etc., uma vez que percebem que outras empresas que são concorrentes não o são e nem cumprem com suas obrigações e ainda assim conseguem obter maior margem de negociação dos seus produtos. Em outras palavras, como essas empresas podem ganhar a concorrência se a lei que vigora é a lei da corrupção? Em sua opinião, a debatedora colocou esses hábitos empresariais como uma consequência da cultura brasileira, de que só se cumpre uma responsabilidade quando esta se configura uma obrigação.

Por fim, ao retomar a ideia da redução de incertezas, apresentada por Ulla, Leal relacionou o medo à falta de confiança no outro e no que pode acontecer, o que, de acordo com a debatedora, está ligado à ética das relações, quando se espera que o outro dê o primeiro passo. Dito isso, comparou esta atitude com o Milagre da Multiplicação dos Pães, passando a palavra para Fábio Rocha.

O debatedor iniciou a sua explanação tecendo elogios ao Projeto ASCENDER, bem como a ocorrência das Rodas de Diálogo. Ao comentar sobre o tema da VI Roda, afirmou ser essencial para uma empresa se ter a noção dos ganhos com a prática da RSE, estando, do contrário, sujeita ao insucesso.

Em seguida, Rocha compôs elogios ao consistente e objetivo discurso de Ulla e, após isso, fez saber a sua opinião sobre a necessidade de uma empresa ter argumentos em relação aos seus ganhos econômicos, reais. A respeito do tripé da sustentabilidade, o debatedor apresentou o viés econômico como sendo o mais forte, uma vez que ele dá forças ao viés



ambiental e ao social. Lembrou que a própria redução de custos configura-se um ganho, visto que este não apenas se dá com o lucro, mas também com a contenção de gastos.

*Infelizmente, a gente precisa de argumentos. Nós não devíamos precisar, mas precisamos. A gente 'tá' falando de capitalismo, minha gente! Empresa não faz nada se não tiver um ganho real. E olha que aí você tem de falar da visão, se a gente tem a visão do empresário provinciano ou se tem uma visão estratégica. A depender do empresário, você tem que ter um discurso, você tem que ter argumentos... Não, você tem que ter provas, comprovações, evidências! Mesmo num tema que tem aspectos muito intangíveis.*

**Declaração de Fábio Rocha, a respeito do poder de argumentação necessário a uma empresa**

Em dado momento, o debatedor orientou os participantes a não fugirem do foco em suas perguntas, devido à necessidade de este tema ser discutido com mais profundidade e seriedade. Dito isso, lembrou que não se deve analisar apenas os ganhos que o movimento da RSE alcança com as práticas socialmente responsáveis, mas pensar também nos ganhos que a empresa, particularmente, obtém com tais práticas. Rocha ponderou, no entanto, que não se deve esquecer que as empresas não são ilhas, reforçando, dessa maneira, a explanação de Luis Ulla sobre a Arca de Noé.

Outro ponto apresentado pelo debatedor foi a questão da imagem e da reputação de uma empresa. A diferença entre o que a empresa diz e o que a sociedade opina sobre ela. Ainda tratando da crise econômica versus o valor do viés social, bem como a ação que o viés econômico desempenha sobre os outros no tripé da sustentabilidade, o debatedor rememorou uma expressão utilizada pelo Instituto ETHOS e já em desuso: “a gestão do stakeholder”, a qual se refere à influência indireta que uma empresa exerce sobre outra.

O debatedor, ao se referir à afirmação de Ulla, em que este colocou que a ética deve atingir transversalmente uma empresa em suas relações, afirmou estar o tripé da sustentabilidade incluso neste processo. Um fornecedor que vai além do tradicional é, de acordo com Rocha, certamente mais competitivo, auxiliando, desta maneira, a empresa a ser uma grande rede de negócios; portanto, ganhando com isso. Dado o exposto, Rocha alertou para a necessidade de haver uma modificação do pensamento empresarial, o qual pensa o tripé como três vieses fragmentados.

*A gente precisa mudar essa ideia do triplo, quer dizer, aquela coisa separada, porque, inclusive, nos próprios relatórios de sustentabilidade das estratégias as empresas fazem essa divisão. E aí uma coisa não fala com a outra.*

**Declaração de Fábio Rocha, incitando a mudança do pensamento empresarial sobre o tripé da sustentabilidade**



RODAS DE  
DIÁLOGO

O modo paulatino como é realizada a demissão de funcionários em momentos de crise foi outra questão apresentada pelo debatedor, que tratou das sequelas deixadas nos empregados que permanecem na empresa e que passaram por um período de tensão.

Por fim, Rocha teceu rápido comentário sobre o interesse gerado pela RSE a partir do momento em que as empresas entendem que se trata de uma forma de gestão, uma prática e não uma teoria. Justamente aí, surge, segundo o debatedor, a necessidade de saber como implantá-la, como formular uma estratégia.

Iniciados os blocos de perguntas, cada um composto de três interpelações<sup>14</sup>, as quais poderiam ser direcionadas a quaisquer dos três convidados, o primeiro questionamento apontou, inicialmente, não as formas de a empresa ganhar com a prática da RSE, mas as formas de se perder por não realizá-la. Para tanto, o participante discorreu sobre duas experiências já enfrentadas. Uma delas tratava da perda de um notável contrato que seria realizado por uma de suas empresas, esta de consultoria, quando a empresa contratante, por falta de ética profissional, difamação pública e consequente desestabilização interna, fez romper o negócio. A outra experiência tratou da dificuldade que a sua segunda empresa encontra para negociar com o setor público, uma vez que recusa o pagamento de propina. Finalmente, o participante discordou da colocação do debatedor, de que o tripé, se conectado, torna-se produtivo para a sociedade como um todo. Exemplificando a sua discordância, questionou se é possível que uma empresa como o Polo Petroquímico de Camaçari compense a sociedade com ações sociais, quando a sua forma intrínseca de produção já se configura um desarranjo ambiental.

O segundo questionamento, também voltado para a ação do poder público e o pagamento de propina, interrogava sobre o modo que uma empresa deve agir quando ela é a protagonista da ação social na localidade onde está inserida. Em outras palavras, como ou quem articula e/ou mobiliza o poder público para agir conjuntamente com aquela empresa, para que ela deixe de ser a protagonista e passe a exercer um papel contíguo.

Em resposta ao primeiro bloco, Luis Ulla expôs dois temas que as empresas não haviam considerado no início do movimento da RSE: qual a ideia de responsabilidade para cada um dos três setores? E, então, definiu-se que a ideia de co-participação viria a partir da busca de cada um quanto aos seus compromissos iniludíveis e que não poderia ser realizado por outro setor. Desta maneira, uma empresa não cumpre sozinha um papel que cabe ao Estado. Nesse momento, Ulla observou que nas Rodas de Diálogo, em geral, há pouca presença e participação de representantes do setor público e acrescentou que a transparência não pode se dar apenas no setor empresarial. Mais que isso, tratou do concei-

14. Ressalta-se que os blocos, formados por questões afins não necessariamente foram constituídos pela quantidade determinada de perguntas.



RODAS DE  
DIÁLOGO

to que as pessoas possuem da democracia relacionada ao processo eleitoral e que, no entanto, a parte mais importante da democracia está no controle e fiscalização do candidato depois de eleito. O cenário de corrupção, segundo o palestrante, é explicado justamente pelo atraso da mentalidade de muitos cidadãos, sobretudo na América Latina. O segundo tema tratava da ideia da coevolução, a qual definia que seria vão o trabalho se apenas um setor evoluísse na área da Responsabilidade Social. A consciência deveria abarcar os três setores, integralmente. Dado o exposto, Ulla apresentou três exemplos que denunciavam a falta de consciência, sobretudo ambiental, do próprio consumidor. Por fim, apontou um fato ocorrido em Córdoba, no qual várias empresas se uniram para denunciar aquela que, mesmo apresentando irregularidade no seu quadro de funcionários, sempre era favorecida nas licitações.

Ainda respondendo os questionamentos desse bloco, Susana Leal lembrou da lei que favorecia a indústria têxtil chinesa, quando a subsidiava, favorecendo a entrada dos seus produtos a custos menores e provocando, assim, a concorrência desleal desta com a indústria brasileira. A partir daí, os industriários brasileiros realizaram uma mobilização nacional em protesto a este fato, resultando na revisão dessa lei. Leal, ao colocar a RSE numa perspectiva individual, aponta a importância da reivindicação a partir do próprio consumidor.

*Se nós, consumidores, não exigirmos (...) uma embalagem ecologicamente correta, um produto saudável, mais orgânico, quem vai exigir? Quem vai mudar essa perspectiva? (...) Quando é que a gente vai mudar isso? Porque se nós não mudarmos, não vai ser o governo, de livre e espontânea vontade, que vai estar sozinho ligado nisso. Mas se nós pontuarmos, se nós reivindicarmos junto ao governo, certamente vai haver mudança.*

**Declaração de Susana Leal, a respeito da importância da luta e reivindicação a partir do consumidor**

Por fim, envolver e instruir a comunidade sobre seu papel junto ao governo foi a solução apontada por Leal para o segundo questionamento, acrescentando aí a informação sobre a atual formação de movimentos pelas cidades justas e sustentáveis, a exemplo do Nossa São Paulo<sup>15</sup>, do Nossa Salvador<sup>16</sup> e do Rio, como vamos?<sup>17</sup>, formados por organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos.

Com a palavra, Fábio Rocha, ao desviar-se do foco da individualidade, dado por Leal, coloca a importância da ética como ganho e, dirigindo o seu comentário inicial ao primeiro questionamento, expôs que a empresa em questão perde o contrato por se recusar a concorrer de maneira corrupta, ganhando, no entanto, possibilidades de relação e valor de mercado.

Quanto às questões a respeito do poder público, Rocha afirmou que o desejo dos papéis dos três setores não é e não será real. Acrescentou, ainda,

**15.** O Movimento Nossa São Paulo foi lançado em maio de 2007, a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as instituições públicas e a democracia estão com a credibilidade abalada perante a população. Constatou-se que é necessário promover iniciativas que possam recuperar para a sociedade os valores do desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa. Aproximadamente 550 organizações da sociedade civil integram o movimento, que é apartidário e inter-religioso, não possui presidente nem diretoria, constituiu-se e se expande na forma de rede. Vide <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>. Acesso em 18 de maio de 2009.

**16.** Movimento social lançado em maio de 2009, com o objetivo de inspirar a participação cidadã na cidade de Salvador, no contexto de conformação das redes brasileira e latino-americana por cidades justas e sustentáveis. Vide <http://www.portalbahia.com.br/blogs/conexaobahia21/?p=146>. Acesso em 18 de maio de 2009.

**17.** O Rio Como Vamos é uma iniciativa apartidária, que pretende monitorar a gestão municipal na cidade do Rio de Janeiro e tem como exemplo o Bogotá Como Vamos, que há 10 anos trabalha na capital colombiana, incentivando o acompanhamento pela população dos indicadores de qualidade de vida na cidade. Vide <http://www.riocomovamos.org.br/>. Acesso em 18 de maio de 2009.



RODAS DE  
DIÁLOGO

que considerava difícil a existência de uma mudança, apesar do surgimento de movimentos como os apresentados pela debatedora. De acordo com Rocha, eles são apenas instrumentos de controle social. Dito isso, o debatedor voltou-se para o segundo questionamento, lembrando que a empresa ora apontada – Serviço Social da Indústria/SESI – transcendeu o seu foco, ao longo dos anos, fato este que hoje provoca as dificuldades ali apresentadas.

Ao tratar ainda do primeiro questionamento, acerca do desarranjo ambiental, o debatedor atenta para a realização do máximo esforço para minimizar os impactos causados por essa produção. “A essência da RS é minimizar impactos negativos da sua atividade e maximizar os positivos”, com esse conceito, Rocha centralizou a sua opinião neste aspecto. Finalmente, elogiou as propagandas das indústrias de bebidas alcoólicas e de tabaco, as quais, mesmo tendo inerente em si a ideia do malefício, realizam campanhas como a que instrui um grupo de amigos a eleger um componente a não beber para que, naquela noite, ele seja o “motorista da rodada”, em adequação à Lei Seca.

*Quer dizer, é uma evolução, por mais que seja uma pressão do mercado e da sociedade.*

***Declaração de Fábio Rocha, a respeito das campanhas publicitárias da indústria de bebidas alcoólicas, em adequação à Lei Seca***

Iniciado o segundo bloco de perguntas e respostas, o terceiro questionamento, também focando o primeiro setor, interrogou como os convidados avaliam uma gestão pela RS avançando no setor em questão.

O quarto questionamento tratou da ética individual, ou seja, de que maneira a RS pode ser trabalhada, tendo como passo principal a ética emergente do indivíduo que a pratica?

*Como a gente trabalhar com a RS, sendo nós mesmos éticos? Queria que vocês comentassem isso, porque o dia a dia também faz com que a gente se torne ético.*

***Questionamento e comentário apresentados por uma participante, no segundo bloco de perguntas***

O quinto questionamento, último do segundo bloco, foi tecido por um participante que, por ter integrado há pouco uma banca de seleção, a convite do mestrado profissional de Responsabilidade Social e Desenvolvimento, da Fundação Visconde de Cairu/Salvador, observou, diante de uma tese que apresentava a política de RS de três instituições privadas de ensino superior, que os líderes dessas instituições possuíam notório desconhecimento acerca da temática e, sobretudo, da implantação da RS. Com isso, interrogou sobre a possibilidade de existir um desconhecimento, uma carência de instrução acerca dessa matéria.



Da esquerda para a direita: Fábio Rocha, Susana Leal, Luis Ulla e Izabel Portela”

Em resposta aos questionamentos desse bloco, o palestrante apresentou o exemplo de um acordo entre empresas argentinas, fabricantes de PVC, e poder público para a não aceitação de propinas nas licitações. Para tanto, bastou a atitude de uma empresa para que as outras entrassem em concordância.

Aproximando-se do fim da Roda, Fábio Rocha expôs a sua opinião de que as empresas que mais avançaram na profissionalização do tema da RSE foram justamente as que passaram pelo enfrentamento e superação de dificuldades. Dessa forma, citou como exemplos de ações socialmente responsáveis o pagamento de pedágio na Linha Amarela (denominada oficialmente de Avenida Governador Carlos Lacerda), no Rio de Janeiro, minimizando o conturbado relacionamento entre as comunidades do entorno; a visão responsável de um dos ex-presidentes das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, que, em um encontro de apresentação da organização a investidores e parceiros, interessou-se em conhecer a opinião daquela equipe a respeito da noção de RS e impactos provocados ao entorno; a sustentabilidade no projeto da Braskem para a produção de polietileno a partir do etanol, denominando-se polietileno verde; entre outras empresas.

Passada a palavra para a debatedora, Susana Leal, por fim, salientou que a pergunta-tema deve ser, essencialmente, feita e respondida para si mesmo, em questionamentos individuais, acompanhados de autorreflexão e conscientização dos próprios atos.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Ao realizar o encerramento da VI roda de Diálogo, Izabel Portela concordou com a finalização de Susana Leal, bem como o discurso de responsabilidade individual, apresentado por Fábio Rocha, acrescentando ainda que, uma vez que uma empresa investe no seu funcionário para que ele participe de cursos de aprimoramento, aquele funcionário estará ali presente não somente como representante da empresa, mas também por uma aprendizagem individual.

*A atitude é individual. O que são as empresas senão pessoas? (...) Mesmo que a empresa pague 50%, 30% do aluno. Mas é o aluno que vai atrás do conhecimento.*

*Declaração de Izabel Portela, acerca da aprendizagem individual, independente do subsídio da empresa*

Portela relatou o fato de que quatro shoppings centers de Salvador se uniram para sanar um problema enfrentado, quando uma mobilização de trabalhadores negros invadiu esses espaços reivindicando vagas para essa população. Nesse momento, perceberam que, ao se tratar de questões sociais, a concorrência inexistente e perde a força.

Por fim, Portela parabenizou o IARSE e colocou a importância de as empresas se unirem às organizações disseminadoras da RSE.

Com o agradecimento aos convidados, aos participantes presentes e à equipe de trabalho, a superintendente encerrou a VI Roda no prazo previsto, lembrando as datas das duas edições seguintes.



# VII Roda de Diálogo IRIS

ABRIL 2009

27

O Instituto IRIS realizou a VII Roda de Diálogo IRIS no dia 30 de abril de 2009, a qual teve como tema Alianças Estratégicas para o Desenvolvimento Social Sustentável. A VII Roda aconteceu na cidade de Salvador e, bem como a edição anterior, foi recebida na FIEB e, entre empresários, membros do terceiro setor, do governo, de faculdades e universidades, reuniu cerca de 26 participantes.

Bem como nas edições anteriores desta etapa, o Instituto IRIS articulou-se com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, FIEB, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos.



Da esquerda para a direita: Deborah Baesse, Ted Lago e Neylar Lins

## ABORDAGEM DO TEMA

Discutir a respeito do desenvolvimento social com foco na sustentabilidade, bem como as alianças estratégicas que o possibilitam foi o principal objetivo do Instituto IRIS nesta 7ª edição das Rodas de Diálogo, dando assim continuidade ao seu maior papel, que é o de fomentar a RSE, sobretudo na cidade de Salvador. Esta Roda teve como convidados o empresário e presidente do Conselho do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão – ICE/MA, Ted Lago; a gestora do ICE/MA, Deborah Baesse; e a representante da Avina Brasil/Nordeste, Neylar Lins. A VII Roda foi aberta pela superintendente do Instituto IRIS, a qual apresentou os convidados e o tema desta edição.

Iniciada a sua explanação, Ted Lago discorreu sobre o complicado quadro político que o Estado do Maranhão enfrenta atualmente, tratando, logo em seguida, da concepção do ICE/MA. Em relação a isto, colocou como uma particulari-



RODAS DE  
DIÁLOGO

dade do Instituto, em relação a outros existentes pelo país, a maneira como se deu a formação das alianças e parcerias. Nesse momento, Lago informou a respeito de um novo projeto no qual o ICE/MA tem atuado, que traz como tema as responsabilidades e desafios na construção de cidades sustentáveis.

O ICE/MA, de acordo com Lago, surgiu em 2001, a partir de um projeto<sup>18</sup> da Fundação Kellogg, que resultou na parceria de 16 empresas que integraram, nesse ano, o Instituto. Com o foco em projetos comunitários, o ICE/MA operou, inicialmente, na periferia de São Luis do Maranhão/MA, com um projeto direcionado à construção de espaços lúdicos, a exemplo das brinquedotecas. Hoje, já soma nove brinquedotecas, entre as quais algumas funcionam em escolas públicas, tendo, portanto, o apoio do poder público. Esses espaços, segundo Lago, atendem diretamente cerca de 600 crianças.

O contato entre essas empresas e as organizações sociais, conforme o palestrante, deu-se através desse projeto, enfrentando, em um primeiro momento, algumas dificuldades, a exemplo das barreiras culturais. Por conta disto, ao observar a carência das ferramentas de gestão existentes nessas organizações, o ICE/MA criou o Projeto Liderar-se, que tem como objetivo capacitar lideranças empresariais e líderes sociais para o desenvolvimento social. Ao perceber defasagens em sua execução, como a dificuldade de se atingir escalas, houve a necessidade de aproximá-lo do poder público, uma vez que, de acordo com palavras de Lago, “empresas sozinhas jamais poderão resolver problemas, assim como as organizações sociais. Cada um tem um papel importante de dar complementaridade ao outro”. Com isso, buscaram intermediar o contato entre esses atores, a fim de tornar esta uma relação sustentável e desconstruir a ideia embutida no imaginário das organizações sociais, de que as empresas configuram-se como meras financiadoras de projetos.

*Então, quando a gente fala em parcerias para o desenvolvimento sustentável, elas tem que passar, como toda a relação... a relação tem que ser sustentável.*

**Declaração de Ted Lago, a respeito das relações de sustentabilidade**

Conforme Lago, nesse momento de aproximação dos setores e de criação de novos projetos, percebeu-se a importância de agir de maneira conjunta e participativa, identificando o entorno no qual se inserem, bem como reconhecer o real papel de cada um dos atores envolvidos.

Concluindo a sua explanação, o palestrante relatou a experiência de ter conhecido o Bogotá, como vamos<sup>19</sup>, na Colômbia, com o apoio da Fundação Avina<sup>20</sup>, e a maneira como este influenciou para a criação do Observatório Social de São Luis, que tem como objetivo monitorar os indicadores de qualidade de vida e tratar de temas de interesse da comunidade.

**18.** Projeto intitulado “Lideranças para a Filantropia na América Latina”

**19.** Um projeto de controle cidadão, promovido pela Casa Editorial O Tempo, pela Fundação Corona e pela Câmara de Comércio de Bogotá, que tem como propósito realizar um segmento sistemático à qualidade de vida da cidade de Bogotá.

**20.** Avina foi fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny, o qual inspirou a visão e os valores que orientam a organização. Avina é sustentada por VIVA Trust, criado por Stephan Schmidheiny para impulsionar o desenvolvimento sustentável mediante uma aliança entre a empresa privada bem sucedida e responsável e as organizações filantrópicas que promovem a liderança e a inovação



*Temos muitos desafios. Acreditamos que a relação, quando você fala em parcerias para o desenvolvimento, ela tem de ser uma relação de confiança, de você entender quais são os limites e quais são os papéis de cada um desses atores e entender que de forma individual você não consegue fazer as transformações.*

***Declaração de Ted Lago, referindo-se às experiências adquiridas ao longo do tempo com o ICE/MA e a maneira como as parcerias entre os setores devem ser conduzidas***

Dando início ao debate, a gestora Deborah Baesse, também integrante do ICE/MA, ratificou a exposição de Ted Lago, discorrendo ainda sobre o caráter empírico das ações enfrentadas pelo Instituto, quando, diante de erros e acertos ao longo de oito anos, consolidou-se no que o ICE/MA hoje se configura. A debatedora tratou ainda do período em que o Instituto enfrentava falta de definição do seu papel, quando ora se portava como uma empresa, ora como uma ONG e, com o auxílio de Andrés Thompson, da Fundação Kellogg, pôde, enfim, definir-se. Feito isso, Baesse colocou as diferenças intersetoriais, tratando dos três círculos (ambiental, social e econômico), e problematizou sobre as maneiras de se avançar em meio a essas dessemelhanças.

Passada a palavra para a representante da Avina, Neylar Lins, esta comentou ser a interrogação de Baesse uma questão sobre relação de poder e de como equilibrar as diferenças entre os poderes intersetoriais. Acrescentando aquela pergunta, Lins interessou-se em saber qual foi, afinal, a atitude-chave para que, meio a dinâmica empírica de construção do ICE/MA, este atingisse a segurança empresarial que hoje possui.

Em resposta aos questionamentos das debatedoras, Ted Lago, confirmando os acréscimos colocados por Baesse, tratou do aprendizado adquirido, que foi o de mapear as empresas que já realizavam atividades dentro do tema da RSE, o que conferiu ao ICE/MA maior facilidade para situar-se como mediador entre empresas e organizações sociais. Isso, de acordo com Lago, faculta a essas relações de parceria a possibilidade da simetria de forças.

*Por mais poder econômico, por mais força que uma empresa, que uma organização empresarial tenha, ela tem que entender que ela tem limitações, assim como as organizações sociais têm suas limitações. Nós jamais teríamos a legitimidade junto às comunidades que atuamos, se não fosse pelos parceiros locais, pelos parceiros de base que atuam na comunidade. Nós nunca seríamos vistos como alguém que estava lá para compartilhar, para ouvir, se nós não tivéssemos o apoio das organizações de base. Esse é um papel muito importante.*

***Declaração de Ted Lago, a respeito da complementaridade e simetria de forças entre os setores***

A questão das diferenças, proferida por Baesse, é amenizada, de acordo com o palestrante, “exatamente entendendo essas limitações”. Ele acrescentou ainda que o ICE/MA hoje atua no sentido de sanar deficiências que



**Ted Lago, palestrante da VII Roda de Diálogo**



RODAS DE  
DIÁLOGO

seriam de responsabilidade do poder público. Para tanto, Lago exemplificou com o fato de que muitas organizações sociais incomodam-se com o referencial de 1% a 1,5% do faturamento das empresas destinado ao investimento social, quando aquelas não se recordam que estas são obrigadas a destinar 40% dos seus lucros ao poder público, o qual, então, não faz a devolutiva necessária à sociedade.

Dando continuidade e respondendo o questionamento de Lins, o palestrante apontou a importância do avanço do conceito operacional para o estratégico, o que pode ser exemplificado com a forma de atuação do Observatório Social de São Luis, que, segundo Lago, situa-se além de projetos comunitários. Refere-se, com isso, à relação com o público interno, com os fornecedores, com o mercado, com a forma de negociação etc. Além do exposto, justificou o termo “cidadania empresarial”, que compõe o nome do Instituto, como sendo uma maneira de a empresa comportar-se e assumir o papel de cidadã da sociedade.

Lago apontou, ainda, o comodismo ao qual a sociedade está acostumada, quando, diante de insatisfações, põe a culpa em outrem, não havendo, com isso, nenhum tipo de mobilização direcionada à modificação daquele cenário. O palestrante citou, como exemplo, a eleição de políticos e posterior descontentamento da sociedade e atribuiu este fato ao baixo nível de escolaridade da população brasileira, que não reivindica direitos. Em seguida, Lago interpelou os participantes, pedindo-lhes que se identificassem aqueles que faziam algo para mudar a situação descrita. Em unanimidade, todos permaneceram inertes. Com isso, Lago novamente referiu-se às limitações, à noção de complementaridade, bem como a importância de cada setor reconhecer a sua finalidade dentro dos contextos.

*Nós estamos falhando, não é o governo que está falhando. (...) Quando a gente aponta o dedo pra alguém, tem três ou quatro dedos apontando pra nós mesmos. Então, se a minha rua, a minha cidade, o asfalto está esburacado, o posto de saúde não atende, a culpa é minha! A culpa é nossa! Porque nós escolhemos o governante. E nós damos recursos para que ele execute as políticas públicas. (...) Essa população é massa de manobra, escolhe mal os gestores.*

**Declaração de Ted Lago, exemplificando o comodismo da sociedade diante de problemas enfrentados**

De acordo com o palestrante, as ONGs não devem sobreviver da sua própria causa. Em outras palavras, Lago colocou que essas organizações devem existir, considerando, no entanto, um prazo de validade, o que seria uma comprovação de alcance da meta. Por fim, lembrou que, uma vez que a sociedade cobra indicadores da gestão pública, possui também o direito de exigí-los das organizações sociais.



*Nós temos... as ONGs... elas precisam ter prazo de validade. Nós não podemos sobreviver da nossa causa. Se eu tenho uma ONG que atua com meninos de rua, eu tenho que ter uma meta que tem que acabar com o menino de rua. Enquanto existir o menino de rua, eu não atingi a minha meta. E por outro lado, eu sobrevivo disso. Então, existe esse antagonismo que precisa ser quebrado.*

***Declaração de Ted Lago, a respeito do antagonismo vivido pelas ONGs, as quais acabam por sobreviver de suas causas***

Iniciados os blocos de perguntas, as quais poderiam ser direcionadas a quaisquer dos três convidados, o primeiro questionamento, que, em realidade, configurou-se como um comentário, confirmou o comodismo e o baixo nível educacional dos brasileiros, exposto por Lago, seguido de exemplo comparativo entre o sistema educacional brasileiro e o finlandês, em que este, apesar de eficiente, não agrada a população local. Em contrapartida, aquele, conhecidamente falho, aponta em suas estatísticas, de acordo com pesquisas, um alto índice de satisfação. Dito isso, o participante acrescentou ainda dados de um estudo inglês que indica os passos para uma seleção de professores de qualidade, com base na meritocracia, o que possibilita uma maior excelência no ensino.

Acerca dessas colocações, o palestrante apontou também como responsabilidade da sociedade não apenas o sistema educacional, ali frisado, mas também outros, como o carcerário, visto que é o resultado de um comportamento anterior. Com isso, ilustrou com a realidade de uma penitenciária de São Luis do Maranhão, tecendo uma comparação de valores de construção com uma escola também edificada bem próximo.

Tomando a palavra, Lins lembrou o tema em questão, uma vez que a discussão enveredou para assuntos menos específicos, tornando-se prolixa.

Em seguida, o segundo questionamento, tecido pela superintendente do Instituto IRIS, interrogava o que e como se deveria fazer para que as alianças estratégicas se tornassem permanentes.

Antes de respondê-lo, Lago discordou a respeito da prolixidade colocada por Lins e justificou-se afirmando que é necessário que haja uma aliança que parte, inicialmente, dos próprios cidadãos para com a sociedade, para consigo e para com as gerações futuras. Ao focar a interrogação que lhe foi direcionada, o palestrante pôs o modelo de vida hoje existente como social e ambientalmente insustentável, acrescentando que as alianças devem ser realizadas de maneira conjunta, numa perspectiva mais ampla. Neste momento, o palestrante citou como exemplo a atual e polêmica epidemia<sup>21</sup>, sobre a qual ouviu o pronunciamento da diretora da Organização Mundial de Saúde, que tratava dessa como um exercício de quebra de barreiras e tomada de consciência em direção à sustentabilidade e à aliança global.

**21.** O palestrante, neste momento, referiu-se ao polêmico e crescente surto da gripe suína.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Ainda completando e especificando o seu questionamento, a superintendente do IRIS interessou-se em saber a maneira como as alianças são realizadas pelo ICE/MA, solicitando ao palestrante que instrísse os empresários ali presentes quanto aos procedimentos a serem seguidos e/ou baseados de forma a possibilitar uma aplicabilidade local.

Seguidamente, a debatedora Neylar Lins, compondo o terceiro questionamento, comentou que, apesar de todos os conceitos colocados por Lago no decorrer do seu discurso, ela acredita que, finalmente, as alianças, bem como o sucesso das gestões, dependem da ação e das ideias já creditadas de um responsável, de um líder, citando como exemplo o próprio Ted Lago e Oded Grajew. Dito isso, solicitou a opinião do palestrante a respeito dessa colocação.

Em resposta, Lago afirmou que um líder somente é capaz de realizar um bom trabalho, configurando-se líder e disseminando suas ideias, se trabalhar com uma equipe que, sobretudo, também compartilhe das mesmas visões e dos mesmos ideais. Quanto à aplicabilidade local, referida por Portela, o palestrante mostrou-se incisivo em afirmar que as alianças não necessariamente precisam ser feitas com chefes de grandes organizações locais, mas sim com a minoria interessada na temática, fortalecendo-a, uma vez que, segundo ele, as boas atitudes tendem a ser reproduzidas.

*Como é que você faz isso no movimento empresarial? Você trabalha num grupo de três pessoas, de cinco pessoas, de dez pessoas e esse grupo... ele contamina. Esse vírus... ele passa.*

***Declaração de Ted Lago, ao discorrer sobre o contágio gerado pelas boas atitudes empresariais***

Por fim, o palestrante alertou para a importância da transparência nas relações empresariais, bem como a ação socialmente responsável realizada, inicialmente, no interior das empresas, com a equipe de funcionários, podendo, posteriormente, estendê-la para o exterior da organização.

A debatedora Deborah Baesse, retornando à primeira provocação de Lins, a respeito da atitude-chave para aquisição do reconhecimento e competências do ICE/MA, afirmou ser a humildade uma atitude importante no momento que uma empresa se predispõe a conhecer sobre Desenvolvimento Sustentável e aplicar os conhecimentos adquiridos sobre alianças e parcerias. Na oportunidade, fez referência ao Liderar-se, programa desenvolvido pelo Instituto e anteriormente comentado por Lago.

Neste momento, Lins interrompeu Baesse e comentou que a sua explanação referia-se a um momento posterior ao que ela, de fato, interessava-se em obter resposta.



Para tanto, Baesse colocou quatro pontos estratégicos que foram observados na trajetória do ICE/MA:

1. O valor pessoal, a preocupação e a sensibilidade de pensar no outro;
2. A inteligência e a percepção do desordenamento das relações sociais, econômicas e ambientais;
3. Transparência, diálogo e respeito para com o outro;
4. Tempo versus paciência.

*Só dá pra avançar em qualquer coisa, pra fazer negócio, pra melhorar como pessoa, como comunidade se for coletivamente. Não tem espaço para resultados individuais. Em nada. Nem no econômico nem no social nem no ambiental.*

***Declaração de Deborah Baesse, a respeito da estratégia de parcerias, direcionando o foco para a ação coletiva***

*É casamento mesmo. Tem que namorar; tem que brigar; tem que romper e voltar...*

***Declaração de Deborah Baesse, sobre a paciência necessária ao controle de expectativas nas parcerias empresariais***

O quarto questionamento, construído por Geraldo Machado, um dos debatedores convidados para a V Roda, tratou da Governança Corporativa e solicitou do palestrante uma explicação sobre a maneira como o ICE/MA lidava com esse fator.

De acordo com Lago, Governança Corporativa significa regras. Neste momento, apontou a recusa em trabalhar com recursos públicos como sendo uma das regras impostas pelo Instituto. Mesmo diante da complexidade confessada pelo palestrante, este colocou a necessidade de se pensar e planejar o possível, mostrando os resultados alcançados, não se atendo ao utópico.

Dando continuidade, tratou do diálogo com o poder público, informando, nesta ocasião, sobre o próximo projeto do Instituto, em substituição ao Liderar-se, que se chamará Diálogo e será composto por três turmas: a do setor social, a do setor empresarial e a do setor governamental. Finalizando a resposta deste questionamento, Lago expôs que a crença na continuidade é a noção de que há evolução em relação a esse tema. E que, sobretudo, ela já acontece.

O quinto questionamento buscou compreender:

1. Como dialogar com as organizações sociais na ocorrência de um alto investimento de recursos públicos para, por exemplo, a construção de obras na comunidade, quando aquelas o consideram demasiado? É preciso, então, mostrar-lhes que o empreendimento é necessário?
2. Como as 64 empresas associadas ao ICE/MA estão trabalhando a questão do racionamento e das mudanças de hábitos cotidianos em prol da Sustentabilidade?



### 3. Nas alianças estratégicas, como liderar essa adaptação de costumes, visando à Sustentabilidade?

As interrogações, que pareceram confusas ao palestrante, em um primeiro momento, foram brevemente respondidas, direcionando-se no sentido de que as organizações sociais, intentando serem reconhecidas, precisam buscar Sustentabilidade em suas parcerias, obtendo, assim, este reconhecimento.

Para complementar a palavra de Lago, a debatedora Deborah Baesse expôs a experiência dos simulados que o ICE/MA realiza com empresas interessadas em compreender a temática da RSE, apontando a importância da troca de experiências entre as organizações participantes, além da riqueza informacional gerada.

A respeito da primeira interrogação do participante que teceu o quinto questionamento, Lago apontou, com exemplos, a realidade de que muitos empresários desconhecem dados importantes acerca de muitos empreendimentos. Mais que isso, não se interessam em se aprofundar a respeito, mesmo depois de terem noção de fatos antes desconhecidos. Em solução a atitudes como essa, encaixam-se, segundo o palestrante, os objetivos de projetos como o Observatório Social de São Luis e o Nossa Salvador.

O sexto questionamento, que, bem como o primeiro, configurou-se um comentário, partiu de uma empresária de uma pequena empresa e concordou com a colocação de Deborah Baesse quanto ao contágio gerado pelas boas ações empresariais, ratificando ainda a afirmação de que os resultados salientam-se a longo prazo, necessitando, assim, de um controle de expectativas.

Por ter sido o comentário de uma gestora de pequena empresa, Baesse aproveitou para expor a facilidade de se trabalhar com micro e pequenas empresas, tendo em vista o maior acesso não somente ao empresário, mas também à equipe, integralmente. Em seguida, informou sobre a ausência de julgamentos com que o Instituto lida com empresas assistencialistas que solicitam auxílio, sendo esta uma oportunidade de qualificar a sua ação.

O sétimo questionamento, tecido por uma jornalista, intentava saber como um profissional desta área é capaz de inscrever trabalhos acadêmicos em concursos, bem como obter recursos públicos, mesmo não possuindo CNPJ e tendo de trabalhar com esse tema de maneira voluntária, podendo lograr uma autossustentação verdadeiramente aliada à RSE.

Em resposta, Lago orientou-a, utilizando-se de alguns exemplos, de que não se deve generalizar, colocando a real existência de empresas que não beneficiam o voluntariado, havendo, em contrapartida, outras dispostas a focar nesse público, dispondo-se ao alinhamento de ideias.



Baesse, ao complementar a afirmação de Lago, reafirmou a questão da impossibilidade de se trabalhar individualmente, dispondo como solução o fato de buscar novas sociedades que compartilhem dos mesmos valores. No caso do acesso a recursos como sendo um objetivo, a debatedora colocou essa real dificuldade, orientando-a a associar-se a alguma organização e glorificando o fato de haver essa necessidade, dado o descontrole que se transformaria a captação de recursos por pessoa física.

Construído por um professor universitário, que, neste momento, realizou um discreto convite à participante da interrogação anterior a escrever sobre as ações da universidade a qual ele integra, o oitavo questionamento tratou da contradição comentada no início da Roda, a respeito da sobrevivência das ONGs pelas suas causas, e tentou conhecer a possível existência de algum fechamento dessas organizações, acompanhado pelo ICE/MA.

Em esclarecimento a esta interpelação, Lago, após resposta negativa, ressaltou o fato de o Instituto já apresentar modificações em seu contexto, como a missão e a visão organizacionais, demonstrando, assim, uma evolução no sentido de cumprimento de metas.

Bem como o quinto, o nono questionamento buscou compreender:

1. Por que o ICE/MA prioriza o não recebimento de recursos públicos;
2. Se, de acordo com as observações do Instituto, o foco das empresas situa-se em maior quantidade em ações de envolvimento externo ou interno;
3. Qual a política do ICE/MA em relação ao fomento, sensibilização e implementação efetiva de ações que geram uma transformação definitiva da empresa associada.

Lago afirmou ser a independência e a legitimidade ao movimento socioempresarial as razões para a não aceitação de recursos públicos. Por outro lado, ressaltou que esse fato não significa a anulação da contrapartida do poder público aos projetos, que, no caso das brinquedotecas, ainda existentes, ocorrem com a contratação dos profissionais.

Em acréscimo à ideia de Ted Lago, Baesse lembrou ainda que o Instituto foi criado no intuito de fomentar o investimento social privado e, uma vez que recebesse recursos públicos, estaria alterando o seu foco.

Quanto às ações de envolvimento, Baesse informou que, em geral, as empresas que buscam o Instituto pretendem montar projetos de envolvimento externo. No momento em que uma empresa procura o ICE/MA ainda ausente de perspectivas e planos de investimento social, a orientação direciona-se, primeiramente, no sentido de que essa instituição observe inicialmente o seu



RODAS DE  
DIÁLOGO

público interno. Feito isso, essa empresa passa a observar as suas capacidades e o Instituto a auxilia nessa descoberta. De acordo com o que foi colocado pela debatedora, algumas empresas, mesmo associadas e tendo os conselhos do ICE/MA, em algumas ocasiões optam por não segui-los, sendo, mesmo assim, acompanhados na decisão que melhor lhes coube.

O décimo questionamento, último do bloco de perguntas e respostas, iniciou-se com um elogio à maneira clara e simples com que a Roda foi encaminhada, seguido do interesse em saber como o ICE/MA lida com a ansiedade dos parceiros que pretendem replicar uma fórmula de se obter êxito empresarial, estando a questão cronológica paralela a isso. Esta, segundo a participante, pode ser analisada como o tempo que se administra e aquele que não se pode aplicar governabilidade.

Ao finalizar a sua participação, Ted Lago brevemente afirmou que é necessário entender que a relação empresarial, antes de tudo, trata-se de relações interpessoais e que, por isso, deve-se levar em conta vivências e limitações. Além disso, deve-se, sobretudo, encontrar os pontos de convergência que melhor podem reger essas relações, alcançando o factível.

Ao final desta Roda, foi divulgado por Isaac Edington a implantação do Movimento Nossa Salvador, que ocorreu cinco dias após a data desta Roda, no dia 05 de maio de 2009.

A VII Roda de Diálogo foi encerrada pela superintendente do Instituto IRIS, dentro do prazo previsto, sob satisfatórias manifestações de contentamento dos participantes e convidados.



# VIII Roda de Diálogo IRIS

JUNHO 2009

37

A 8ª edição das Rodas de Diálogo IRIS ocorreu no dia 09 de junho de 2009, na FIEB, em Salvador. Com previsão de início para as 9h, a VIII Roda de Diálogo discutiu durante 3h a respeito do Desenvolvimento Social Sustentável. Entre os presentes estavam empresários, membros do terceiro setor, do governo, de faculdades e universidades, reunindo cerca de 63 participantes.

A fim de atingir os objetivos dessa proposta, utilizou-se como estratégia a articulação com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, FIEB, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos. Além da rede de parceiros e apoiadores, o Projeto ASCENDER contou ainda com o financiamento da Fundação Kellogg, financiadora de todas as edições anteriores das Rodas de Diálogo, bem como de todo o Projeto desde o nascimento deste. Esta 8ª edição foi, no entanto, o último evento financiado por esta instituição, dada a finalização do contrato entre Instituto IRIS e Fundação Kellogg.



Da esquerda para a direita: Rosana Boullosa, Isaac Edington e Goya Lopes

## ABORDAGEM DO TEMA

Dar continuidade à discussão a respeito do desenvolvimento social sustentável foi o principal objetivo do Instituto IRIS nesta VIII Roda de Diálogo, que teve como convidados a doutora em Políticas Públicas, Rosana Boullosa, o diretor e presidente do Instituto EcoDesenvolvimento, Isaac Edington, e a empresária, designer têxtil e diretora do Sindinvest Bahia, Goya Lopes.

A 8ª edição foi aberta pela superintendente do Instituto IRIS, que, além de apresentar os convidados e o tema desta edição, fez saber também a respeito do recente Movimento Nossa Salvador, já brevemente comentado na VII Roda de Diálogo, por Isaac Edington, então participante.

Ao dar início a sua explanação, a palestrante Rosana Boullosa evidenciou o caráter crítico e acadêmico da sua visão sobre o tema, abrindo assim, de acordo com suas palavras, a possibilidade de um diálogo com os debatedores e, sobretudo, com o público presente.



RODAS DE  
DIÁLOGO

*O desenvolvimento social sustentável não tem sentido se a gente não pensa em quem é que desenvolve, o que é o social e o que é sustentabilidade.*

*Rosana Boulosa, sobre o tema em questão*

Segundo a palestrante, o conceito do desenvolvimento social sustentável pode ser equiparado ao conceito de humanidade, podendo esta ser entendida não apenas no sentido de coletividade, mas também de deferência ao próximo.

Dando continuidade, Boulosa questionou se o progresso, apontado aqui como produto deste desenvolvimento, possui uma direção única ou pode ser encaminhado para múltiplas direções. Dito isso, interrogou se há uma direção que predomina, ou seja, se há uma hierarquia nesses caminhos que o progresso possa seguir. Para ilustrar sua fala, Boulosa apresentou também duas imagens, as quais, utilizadas como instrumentos de alusão à sua ideia, apontavam diferentes maneiras de alcançá-lo através do equilíbrio.

De acordo com a palestrante, o desenvolvimento social sustentável é, hoje, além de um consenso, também um quesito de políticas públicas. Neste momento, Boulosa tratou da diferença entre os termos *politic* e *policy*, tão usuais no campo acadêmico. Ao retomar a ideia em questão, apontou a inexistente resistência a um Ministério de Desenvolvimento Social, por exemplo, como prova do consenso citado, tratando adiante da origem do conceito e da valorização dos ideais de sustentabilidade, quando a Organização das Nações Unidas – ONU tratou de crescimento aliado a desenvolvimento. Segundo Boulosa, o progresso, até a década de 40, entendido como uma glória que se encontrava sempre no passado, passou a ser associado aos ideais positivos de futuro. Daí surgiu o delineamento de que desenvolvimento e crescimento não se dão apenas no âmbito econômico.

Dito isso, a palestrante colocou o posterior interesse de segmentos diversos nesse tema - incluindo-se aí o acadêmico - sendo, em 1968, realizado a Conferência sobre a Biosfera<sup>22</sup>, em Paris, que em seguida gerou um encontro do Clube de Roma<sup>23</sup>, quando este produziu, conforme Boulosa, “um relatório catastrófico” sobre a situação do planeta, dada a produção e o desenvolvimento desenfreados dos países.

Segundo a palestrante, com as previsões do Clube de Roma surgiram os partidos verdes, os quais, neste momento da Roda, foram cronologicamente elencados por Boulosa. Além disso, listou também algumas publicações concomitantes a esse período de conscientização, a saber: *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson; *O Ecólogo – Manual de um Sobrevivente*, de Edward Goldsmith; *O Importante é ser pequeno*, de Ernest Shumacher; *O Mito do Desenvolvimento*, de Celso Furtado; *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*, de Ignacy Sachs; *Desenvolvimento como Liberdade*, de Amartya Sen e, finalmente, *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore.

**22.** Organizada pela UNESCO, em 1968, foi a primeira reunião intergovernamental a tentar reconciliar a conservação e o uso dos recursos naturais, fundando o conceito presente de desenvolvimento sustentável.

**23.** O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúne para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, à economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurélio Peccei, industrial e acadêmico italiano, e Alexander King, cientista escocês.



**Rosana Boulosa,**  
palestrante da VIII Roda  
de Diálogo



Diante de afirmações de Bouldosa, a partir de 1972 começaram a surgir as conferências de economia, nas quais se discutia a real possibilidade de tratar do desenvolvimento econômico aliado à sustentabilidade. A palestrante ressaltou ainda a fundação do Greenpeace<sup>24</sup> neste mesmo ano, organização esta que, como foi lembrado, influenciou no surgimento de outras tantas.

Conforme afirmação da palestrante, apenas no final da década de 70 consolidou-se a ideia do desenvolvimento sustentável, reconhecendo-se aí a necessidade da sustentabilidade intra e intergeracional. Daí, Bouldosa prosseguiu discorrendo a respeito da Conferência de Otawa, realizada em 1986, quando nesta se tratou de integração, satisfação, equidade e justiça, diversidade e integração ecológica nas relações de desenvolvimento e sustentabilidade.

Dando prosseguimento à cronologia da reconstrução da sustentabilidade social, Bouldosa tratou da Conferência de Estocolmo – Our Common Future<sup>25</sup>, ocorrida em 1987, como a primeira a tratar dos impasses de forma prescritiva e não meramente descritiva, como fizeram as anteriores. Esta Conferência, de acordo com a palestrante, impulsionou a realização da RIO 92, quando, então, foi construída a ideia da Agenda 21, “como um conjunto de ações articuladas em prol do desenvolvimento”. Mais adiante, a palestrante fez um comparativo entre a Agenda 21 e o Movimento Nossa Salvador, diferenciando-os apenas quanto à gestão, quanto aos esforços que os coordenam, sendo este a organização civil e aquele o Estado. Ainda ao tratar do ano de 1992, Bouldosa apontou a gestão como mais um ponto que surge nessa época, quando a partir daí a direção administrativa passou a ser foco das relações de desenvolvimento.

Entre os demais eventos percorridos pela palestrante estavam o Global Campaign for Security Tenure (1999); os Objetivos do Milênio (2000), traduzidos no Brasil como “8 jeitos de mudar o mundo”, que tratou do consenso planetário para a criação desses objetivos, sendo alguns deles de fácil aplicabilidade no Brasil; o Habitat Brasil (2001); e o RIO+10 (2002). Neste momento, Bouldosa citou a ISO 26000, norma internacional de Responsabilidade Social, concluída em 2010.

*Consenso planetário é isso mesmo. É mais importante a construção do consenso do que as particularidades do consenso. Porque nós podemos estar de acordo aqui em muita coisa. Até que a gente entre nos detalhes. Porque as diferenças se revelam nos detalhes.*

**Rosana Bouldosa, a respeito do consenso planetário quanto aos Objetivos do Milênio**

Mais adiante, ao finalizar sua explanação cronológica da reconstrução da sustentabilidade social, Bouldosa interrogou se o tempo seria, então, um vilão, como dizem os radicais, ou um aliado, como consideram os otimistas.

**24.** Organização não governamental, com sede em Amsterdã, que atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia, no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos e energia renovável. Vale ressaltar a sua fundação em 1971 e o seu registro de marca em 1972.

**25.** Conferência ocorrida em junho de 1972, em Estocolmo, onde foram discutidos dois pontos essenciais: o controle populacional e a necessidade de redução do crescimento econômico. A partir do final da década de 80, discussões, debates e eventos sobre meio ambiente, tanto a nível nacional quanto internacional, tornaram-se mais intensos. Foi quando o documento Our Common Future (Nosso Futuro Comum), também conhecido como “Relatório de Brundtland”, reapresentou o termo “desenvolvimento” agregado ao termo “sustentável” e difundiu esse conceito pelo mundo.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Em resposta, a palestrante opinou a respeito, afirmando ser ele um “meio termo”, uma vez que considera a sustentabilidade social ainda muito restrita em seu aporte teórico. Ao concluir essa ideia, Boullosa sugeriu que as pessoas pensem na sustentabilidade de forma mais madura e flexível, no sentido de acolher diferentes iniciativas, o que, de acordo com ela, pode ser chamada de sustentabilidade social ampliada. Ainda dentro deste novo conceito, inseriu o uso de tecnologias apropriadas à realidade do entorno, levando-se em consideração que “tecnologia apropriada é a socialmente apropriada”. Além disso, expôs o seu pensamento de que a sustentabilidade social ampliada acolhe a ideia de território – seja ele um bairro, um grupo de trabalho etc. -, visto que as forças que atuam sobre um território estruturam-no. Uma vez que se pensa em agir sobre ele, é necessário, de acordo com Boullosa, fazê-lo de forma coordenada.

Segundo ela, do ponto de vista acadêmico, o desenvolvimento social sustentável é visto de forma interdisciplinar, o qual exige a busca da epistemologia pelas práticas, o que, na universidade, é possível através dos projetos de extensão. Adiante, ainda tratando da ideia de território, a palestrante colocou-o como uma espécie de redes translocais de práticas de uso, tendo em vista que elas não apenas estão localizadas, como também se articulam entre si. Sendo assim, como afirmou Boullosa, ao assumir essa visão de território, entendendo-o como um construto estratégico, deve-se analisar o desenvolvimento social sustentável como multiatorial.

*Quem é que usa esse território? Quem atua sobre ele? Quem é o público das ações coletivas e de seus impactos? Quem usa o território somos nós. Quem atua sobre eles somos nós, indivíduos, mas nós também organizações. (...) Que bem público é que nós queremos preservar quando falamos em desenvolvimento social sustentável? (...) A gente pode imaginar que todos nós, agindo coletivamente, estamos construindo a política pública de desenvolvimento social sustentável. Então, somos todos corresponsáveis: governo, sociedade, empresas... todos nós.*

**Rosana Boullosa, em continuidade às suas ideias a respeito do uso e preservação dos territórios de atuação**

Concluindo este posicionamento, a palestrante alertou para a conscientização de que o indivíduo deve se posicionar como parte de um todo, lembrando que o governo é composto pelos indivíduos de uma sociedade e que a preservação dos bens públicos deve ser também de responsabilidade desses. Por fim, repensar o conceito de políticas públicas foi a ação colocada pela palestrante como uma atitude inicial para reparar as insatisfações, passando de uma posição passiva e descritiva para uma posição ativa.

Esse discurso sobre tomada de atitudes, num posicionamento mais ativo,



levou Boullosa a rememorar o lema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o qual prega que “é preciso conhecer para agir”, correlacionando-o ao monitoramento do SUAS. Feito isso, a palestrante interrogou sobre o que fazer com um monitoramento que é, essencialmente, uma observação.

*Então, a gente tem que acabar um pouquinho com esse mito de que ‘é preciso conhecer para agir’ e imaginar que agindo a gente conhece e que o conhecimento é uma ação também, porque não conhece ciência neutra, ‘né’?*

***Rosana Boullosa, incitando à ação e contrapondo-a com a observação***

Retornando ao pensamento de território, Boullosa afirmou que a definição deste, bem como a definição de política, são ambos construtos estratégicos, definidos pelo olhar de quem observa. O seu conceito perpassa pelas dimensões sociais, pela conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento, pelo fortalecimento do papel dos grupos de atores, sobretudo os quantitativos, além dos meios de execução, o que recai novamente nas tecnologias apropriadas, já citadas anteriormente. Dito isso, Boullosa apresentou o papel do gestor social como promotor do desenvolvimento social sustentável desses territórios, sendo estes modelados pelo gestor e vice-versa.

*A ideia do gestor social é só pra reforçar que qualquer processo de gestão recai sobre o território e os seus impactos são sempre sociais. Só pra não esquecer que a gente ‘tá’ falando de gente, de humanidade.*

***Rosana Boullosa, a respeito da gestão social***

Ao tratar do gestor social nas empresas privadas, a palestrante indagou quem seria esse gestor: o proprietário, o administrador etc.?, acrescentando que nesse setor, o gestor recairia numa atitude que permeia por entre a responsabilidade social, podendo encaminhar-se para duas vertentes:

- a dos impactos diretos da atividade empresarial, para a qual o papel do gestor seria o de minimizar esses impactos e externalidades negativas, bem como potencializar os pontos que forem positivos;
- e a do conjunto de impactos indiretos das atividades humanas, para a qual a coação sobre o território, para enfrentar as suas demandas sociais e a construção conjunta de perspectivas de desenvolvimento social, seria um outro papel.

Entre os desafios que este gestor poderia encontrar, a palestrante elencou:

- tradução de princípios éticos e de RS em instrumentos de gestão;
- materialização de um debate com alto grau de subjetividade;
- mudança comportamental;
- construção de parâmetros para o juízo de valor sobre as práticas de RS.



RODAS DE  
DIÁLOGO



Debatadora da VIII Roda de Diálogo: Goya Lopes

Ao concluir a sua explanação, a palestrante interrogou como se poderia dar consistência a ações tão pontuais se o que está sendo feito ainda é mínimo. Para tanto, expôs que as iniciativas necessárias também acontecem nos limites de uma grande política pública de desenvolvimento social sustentável, aliada ao setor social, bem como à sociedade. Finalmente, afirmou que este desenvolvimento configura-se um grande desafio e que, portanto, deve ser pensado e analisado coletivamente e, acima de tudo, de maneira humanitária.

Dando início ao debate, o administrador Isaac Edington parabenizou o Instituto IRIS pela escolha da palestrante Rosana Boullosa, capaz de apresentar uma visão global do desenvolvimento social sustentável, bem como da debatedora Goya Lopes, empresária que vivencia na prática os desafios desse desenvolvimento.

Passada a palavra para a debatedora, esta retomou o discurso proferido por Boullosa, sobre olhar o próximo de forma humanitária, salientando que antes disso é preciso saber olhar para dentro de si, reconhecendo-se. Para ela, o empresário encontra dificuldades em sua gestão se ele não passar por um processo de autotransformação. Dito isso, a debatedora fez um relato da sua experiência como designer, quando não encontrava empresários que pudessem investir em suas ideias, tendo então de iniciar-se sozinha no ramo empresarial, enfrentando desafios, aprendendo a olhar para si, para o próximo e para o seu entorno.

*Eu acho que muita gente 'tá' fazendo. Essa questão que você colocou de que o mundo hoje 'tá' pensando de outra maneira, eu acredito que o mundo 'tá' melhor. 'Tá' melhor porque a gente 'tá' encontrando pessoas que estão fazendo as coisas. (...) Agora tem maneiras, modalidades de fazer que não é a completa. É muito difícil fazer completo.*

**Goya Lopes, a respeito das mudanças de atitude das pessoas em prol do desenvolvimento das sociedades**

Ao finalizar a sua palavra, Lopes ressaltou a sua concordância quanto à humanidade e a solidariedade, defendidas ao início e ao fim do discurso de Boullosa, embutindo-lhes considerável importância para a percepção do outro e colocando-as como qualidades e sensibilidades perdidas do ser humano.

Passada a palavra para Isaac Edington, este pediu licença a Rosana Boullosa para que pudesse utilizar uma de suas imagens mostradas no início de sua explanação, a qual exibiu uma locomotiva sobrecarregada de pessoas, para fazer uma alusão com os países desenvolvidos e subdesenvolvidos nos séculos XIX e XX. Dando continuidade ao seu raciocínio, Edington estabeleceu ainda um comparativo de tal locomotiva com o Segway<sup>26</sup>, sendo este o representante dos países do século atual, dada a sua funcionalidade sustentável e a sua com-

**26.** Meio de transporte de duas rodas, inventado por Dean Kamen e revelado em dezembro de 2001, que funciona a partir do equilíbrio do indivíduo que o utiliza. A sua utilização é vocacionada para a mobilidade urbana, onde poderá representar uma redução de entre 71 a 93% de emissões de gás carbônico em comparação a qualquer veículo motorizado.



placência, que não segue trilhos, ou seja, um “modelo mental” mais flexível, de acordo com o debatedor.

Dando prosseguimento, Edington ilustrou o conflito de interesses da atualidade com a “Fábula dos Porcos Assados”, encerrando sua explanação.

Aberto o bloco de perguntas e respostas, as quais poderiam ser direcionadas a quaisquer dos três convidados, o primeiro questionamento, que, em realidade, configurou-se um comentário, tratou a respeito da educação brasileira, considerada aqui como meramente tecnicista. Com esta observação, o participante prosseguiu, sugerindo uma modificação no currículo das escolas, visto que considera absurda a ideia da inércia educacional frente às modificações de atitude em prol da sustentabilidade, além de ser este o país de grandes educadores, a exemplo de Darcy Ribeiro e Paulo Freire. A revolução interna, de acordo com o participante, faz-se necessária, mas, em contrapartida, deve-se também focar na conscientização infantil e na profissionalização dos jovens. Ao concordar com os valores solidários e humanitários, pregados por Bouldosa e Lopes, afirmou não serem estas atitudes suficientes. Por fim, parabenizou Lopes por ser ela uma autodidata e isso se mostrar, para ele, mais importante pela sensibilidade que apresenta quanto à realidade do seu entorno.

Acerca dessas colocações, o debatedor, em concordância, relatou sobre uma pesquisa realizada por uma determinada empresa de consultoria em 200 escolas dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, as quais apresentam sistemas educacionais de sucesso<sup>27</sup>. A síntese do comentário de Edington a respeito do primeiro questionamento embasou-se na participação da família posta como uma das grandes diferenças no papel da educação.

Em seguida, o segundo questionamento tratou de duas ideias tecidas durante a explanação de Bouldosa, as quais tratavam dos “8 jeitinhos de mudar o mundo” e da ação em detrimento da observação. Conforme colocado pela participante, com o tempo e com os avanços das diversas tecnologias, a humanidade apoderou-se do capital intelectual, da informação, o que se configura como ciência. Como então migrar da ciência para a consciência, do “jeitinho brasileiro” para o talento, de fato? Em suma, como elevar-se a um patamar de qualidade, sendo que há essa dificuldade de transição, de competências? Por fim, citou o francês Jean Claude Obry, autor de Brasil, meu amor – Substituindo o jeitinho pelo talento.

Ao segundo questionamento, Bouldosa apresentou uma resposta que, segundo ela, seria provisória para essa questão, visto que não possui um esclarecimento definitivo a respeito. Para que haja a transformação da ciência em consciência, julgou necessária a transformação daquela em ciência viva, ou seja, construída com base em saberes consolidados, empí-

**27.** Exemplo citado no primeiro questionamento da VII Roda de Diálogo IRIS



RODAS DE  
DIÁLOGO

ricos. Afirmou preferir o uso do termo “ação consciente”, aliando prática e saber e, por conta disso, reafirmou que, de fato, descarta o conhecimento anterior à ação. Boullosa colocou ainda que, diante de suas observações, as ações de responsabilidade social não apresentam uma reverberação prática sobre os territórios. A exemplo dessa afirmação, citou a norma de responsabilidade social, da ABNT, que se volta mais para processos de gestão que para as ações propriamente ditas. Em relação ao autor francês, Boullosa interrogou: “Somos realmente uma sociedade que merece apenas um jeitinho? Será que não estamos banalizando o que realmente queremos?”. Por fim, expôs a sua opinião de que esses objetivos têm sofrido pouco impacto no Brasil, dada a maneira menor como são encarados.

O terceiro questionamento buscou a opinião de Rosana Boullosa acerca das empresas que não valorizam o seu entorno no processo de seleção de funcionários, bem como de transporte, alimentação e segurança para tais.

Para tanto, a palestrante interrogou-o sobre o que levaria uma empresa a ter essa consciência, esclarecendo a falta desta em muitas organizações. Além disso, comentou que o incentivo que muitas empresas destinam ao público interno é, na maioria dos casos, pontual. Acrescentou ainda que, uma vez que essas empresas se aliam a outras para beneficiar o seu entorno, favorecem aí um crescimento de ações. Em outras palavras, Boullosa ponderou a respeito da transformação interna do indivíduo, defendida por Lopes, lembrando que mesmo essas transformações necessitam de um estímulo externo, como um diálogo com alguém. É justamente neste ponto, conforme a palestrante, que se deve pensar em redes de influências. Mais que isso, pensar o território como a decantação dessas redes. Do contrário, as ações serão, de fato, pontuais, não sofrendo reverberação.

O quarto questionamento, lido pelo debatedor, solicitou que este discorresse a respeito dos valores que vêm se extinguindo dos núcleos familiares, sendo que estes representam a base do desenvolvimento do cidadão. Em acréscimo, tratou da falta de atitude individual, quando se tem o conhecimento e não se passa adiante.

De acordo com Edington, em resposta ao comentário final da participante, a capacidade de articulação existe e é necessária à transformação dessa atitude inerte de propagação de conhecimento. A teia social é criada a partir do momento em que há a expansão das interações fora do eixo de relações habituais. A criação dessa teia, segundo o debatedor, gera duas importantes realizações: o crescimento mútuo e o cumprimento de regras tacitamente firmadas. Essa ampla capacidade de articulação foi exemplificada com as células cancerígenas, as quais possuem amplo poder de desenvolvimento, tamanho é o vínculo entre elas.



Neste instante, Boullosa participou do esclarecimento, comentando a respeito do núcleo familiar, reconhecendo-o como em potencial transformação. O conceito de família, segundo ela, já exige uma adequação, visto que os próprios programas de governo que contemplam esse núcleo consideram-no, desde já, composto apenas por mãe e filho. Adiante, a palestrante esclareceu que a criação dos filhos não se dá apenas pelos pais, mas também pela escola, pelo vizinho etc. Na tentativa de construção do desenvolvimento social sustentável, a ideia de família precisa, segundo Boullosa, ser revista, podendo-se pensar em até duas famílias: a que, de fato, foi a geradora e aquela formada por pessoas próximas, que também participam da educação do indivíduo. Esta, por fim, não é mais papel somente dos pais. Nem somente da escola.

*O êxito do meu filho, ele sendo pensado como uma pequena política pública, ele é fruto de uma ação conjunta.*

**Rosana Boullosa, sobre o novo conceito de família e seu papel na educação**

O quinto questionamento, tal qual o primeiro, configurou-se um comentário. Formulado por uma diretora de faculdade, essa incisivamente colocou a sua opinião de que o tema da RS ainda é muito incipiente, precisando ser aprofundado em vários setores da sociedade, incluindo família e escola. Ao colocar a sua vergonha pelo fato de o tema ser trabalhado nas instituições de ensino por uma imposição do Ministério da Educação e não por uma atitude espontânea, relatou a sua dificuldade de conseguir o envolvimento dos 4 mil alunos em projetos da instituição pela qual é responsável. Ao concluir sua colocação, desanimadamente reconheceu ser o indivíduo um ser fechado a preocupações com o outro.

Em acréscimo ao comentário anterior, o sexto questionamento também ressaltou a necessidade de conscientização das pessoas como uma força complementar da educação formal, no intento de se atingir um movimento menos silencioso de RS. Ainda confiante numa mudança desse cenário, a participante colocou a sua crença de que esta transformação partirá não de políticas públicas e de ações governamentais, mas das pessoas, num processo de reconhecimento do seu papel no mundo.

O sétimo questionamento, transformado em convite, tratou das conferências e encontros mundiais apontados por Boullosa, os quais apresentaram um cunho ambiental mais forte que o social. Com isso, o participante propõe a criação de um evento na cidade de Salvador, que direcione o foco no setor social e que, sobretudo, aproxime-se da realidade soteropolitana.

O oitavo questionamento, igualmente direcionado em forma de comentário, fez saber que as mudanças e a participação das pessoas no movimento da RS não existirão enquanto não houver, de fato, um comprometimento. E este, conforme a participante, não ocorrerá enquanto não houver a mobilização interna,



RODAS DE  
DIÁLOGO

defendida por Lopes. Por fim, o ato de problematizar foi apontado como uma maneira de incitar a conscientização das pessoas.

Para o nono questionamento, tomou a palavra um participante que, em vez de perguntas, relatou um impasse enfrentado pela ONG da qual é diretor e superintendente, relato este que apresentou caráter reivindicatório, tendo ele se dirigido à frente do público, em tom acusativo às pessoas envolvidas nesse processo da organização e que o desagradavam.

O décimo questionamento tentou saber como sair da difícil situação enfrentada pelas empresas e pessoas interessadas na temática, visto que falta interesse do poder público e mesmo interesse das pessoas em melhorar a sua condição de sociedade. O participante acrescentou ainda que parece ser maior a tendência em aderir ao movimento da RS após o enfrentamento de algum desagrado pessoal ou empresarial.

O décimo primeiro questionamento tratou, inicialmente, das diferentes visões de desenvolvimento e riqueza, interrogando como medi-la, visto que a medida baseada na produção e no consumo fazem da sociedade menos sustentável. Por fim, buscou saber se é suficiente para uma empresa considerar-se socialmente responsável apenas se observar os impactos diretos que ela causa da sociedade.

Finalmente, o décimo segundo questionamento tratou das dificuldades de acesso ao tema dentro da própria cidade de Salvador.

Em resposta aos últimos questionamentos, Boullosa iniciou tratando da educação, sobre a qual pensa ser natural a falta de interesse dos alunos em relação à temática da RS, visto que a educação no Brasil, sobretudo no ensino superior, é individualizada e oportunista. Para tanto, sugeriu a inserção de costumes e disciplinas introdutórias que trabalhem no aluno a ideia do coletivo não apenas como um grupo para apresentação de trabalhos.

Finalizando a participação nos esclarecimentos, Boullosa sugeriu ainda a ação individual e a articulação como formas de modificar paulatinamente o cenário do desenvolvimento social, que ainda se mostra pouco fortificado no Brasil.

A VIII Roda de Diálogo foi encerrada pela superintendente do Instituto IRIS, com leve atraso, devido ao retardamento no início da Roda, bem como à quantidade de perguntas e encaminhamento das discussões.



# IX Roda de Diálogo IRIS

SETEMBRO 2009

A IX Roda de Diálogo IRIS, que teve como tema Cidades Sustentáveis, foi realizada no dia 15 de setembro de 2009, na cidade de Salvador. Bem como a V Roda, o Auditório Ewerton Visco, no Shopping Iguatemi, das 16h às 19h foi palco para mais essa discussão, e comportou empresários, membros do terceiro setor, do governo, de faculdades e universidades.

A fim de atingir os objetivos dessa proposta, utilizou-se como estratégia a articulação com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, FIEB, Chesf, Coelba, Fundação Kellogg, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos. Importante ressaltar que a Fundação Kellogg, financiadora do Projeto ASCENDER até a VIII Roda, tornou-se, a partir desta edição, uma apoiadora do Instituto IRIS e do Projeto.



**A superintendente do Instituto IRIS, Izabel Portela, realiza a abertura da IX Roda de Diálogo**

## ABORDAGEM DO TEMA

O tema da IX Roda, considerado “incômodo e animador” pela superintendente do Instituto IRIS, Izabel Portela, contou com a presença da mediadora Susana Varjão, jornalista e escritora, e dos palestrantes Fábio Oliva, jornalista investigativo, e Maria do Socorro, presidente do Movimento Ação Ilhéus.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Anterior ao início das palestras, Portela apresentou o jornal-tablóide<sup>28</sup>, resultado do curso acadêmico Jornalismo e Responsabilidade Social para a mídia<sup>29</sup>, realizado pelo IRIS em parceria com a UFBA. A coordenadora do curso, a jornalista Daniela Silva, debatedora da 5ª edição das Rodas de Diálogo, esteve presente no evento e discorreu a respeito dessa publicação. O jornal-tablóide foi distribuído aos participantes juntamente com os demais materiais do evento.

Iniciada a sua explanação, Susana Varjão parabenizou o IRIS pela busca constante da qualificação da palavra em torno do conceito da RSE. Ao apresentar os palestrantes, tratou de suas atividades como convergentes dentro de um contexto de esgotamento e fracasso do modelo de gestão do Estado.

*Fundamentalmente, sou uma ativista da causa da vida. E a causa da vida na Terra, melhor dizendo, a causa da vida DA Terra é o que nos traz até aqui.*  
*Susana Varjão, ao apresentar-se*

Conforme afirmativa de Varjão, os poderes públicos vêm contribuindo para os problemas socioambientais, o que é contrário ao seu papel, o de proporcionar o bem público. Além disso, acrescentou ainda que a desigualdade social e a degradação ambiental estabelecem uma relação mútua, uma vez que as condições climáticas e a escassez de recursos naturais provocarão guerras, epidemias etc., o que terminará por favorecer deslocamentos humanos e a rápida dissolução das ligações interpessoais. Como exemplo, foram citados os grandes centros urbanos, com seus alarmantes índices de homicídios, doenças e submersão pelas chuvas. Uma vez que este foi um dos temas mais alertados por estudos feitos nessas duas áreas, em todo o mundo, a mediadora, em contrapartida, lembrou do ceticismo daqueles que acreditam que as previsões tecidas com base nesses estudos são falácias de grupos político-econômicos que buscam reserva de espaço de mercado, a exemplo da Amazônia. Esse ceticismo, na visão da mediadora, é considerado um sério problema, visto que, como alertou o filósofo e sociólogo colombiano Bernardo Toro, em sua última visita a Salvador<sup>30</sup>, as afirmações feitas pelos cientistas quanto ao quadro climático e social do planeta são ainda fortemente inibidas e conservadoras.

*O caos urbano não irá se instalar. Ele já está instalado.*

*Susana Varjão, a respeito das condições climáticas e sociais pelas quais sofrem os grandes centros urbanos*

Dando prosseguimento, Varjão expôs a pergunta que direcionou a Bernardo Toro, em entrevista realizada em ocasião desta mesma visita: “Evitar a destruição da Terra, então, seria uma utopia?”. Para tanto, Toro teria respondido: “Não. A desesperança foi construída e é possível desconstruí-la.”. Com isso, Varjão afirmou que essa desconstrução ocorrerá a partir de um maior cuidado

**28.** Com tiragem de 5.000 unidades, o jornal-tablóide, que foi elaborado pelos estudantes do curso, foi lançado em 15 de novembro de 2009 (data da IX Roda IRIS), com veiculação junto ao Jornal A TARDE. Restrito a clientes cooperativos, não teve sua tiragem aumentada por insuficiência de recursos.

**29.** Inédito na Bahia, o curso teve como realizadores o Instituto IRIS, financiado pela Fundação Kellogg, e a UFBA. Voltado para profissionais atuantes no mercado de trabalho, o curso ofereceu certificação reconhecida pela Universidade.

**30.** O filósofo e educador Bernardo Toro esteve em Salvador, no dia 5 de maio de 2009, a convite do Movimento Nossa Salvador, para palestrar sobre “A construção do público: cidadania, democracia e participação”.



RODAS DE  
DIÁLOGO



Da esquerda para a direita: Maria do Socorro, Susana Varjão e Fábio Oliva

já exigido pelas cidades. Cuidado este que move a Rede Latinoamericana por Cidades Sustentáveis<sup>31</sup>, a qual envolve 21 cidades, junto às quais a capital baiana intenta inserir-se, e tem sua existência justificada pelo modelo de gestão do Estado, que, como reafirmou a mediadora, encontra-se esgotado.

*É um intervalo que nasce entre a necessidade imediata da ação e a revisão do modelo de gestão pública. É um modelo, aliás, que vem demonstrando sinais de falência há muito tempo. E os movimentos sociais mundiais são um reflexo disso.*

**Susana Varjão, ao tratar do esgotamento do sistema gestor público brasileiro.**

Ao tratar da degradação socioambiental, Varjão expôs a sua crença na minimização dessa a partir da ação dos movimentos sociais, uma vez que a proposta destes pauta-se na mudança de mentalidade através da educação, tendo a ética como base. Essa educação, conforme afirmou a mediadora, que novamente se utilizou de palavras de Toro, deve estar direcionada para a mudança na forma de construir o mundo, para a transformação das consciências e para a criação de espaços na mente, a fim de absorver uma nova maneira de pensar. Além disso, apontou ainda a necessidade de modificações na estrutura física do planeta, no intento de reduzir os desastres já ocorrentes.

Ao finalizar o seu discurso, Varjão, ao tratar da inclusão da política nas variáveis do projeto da Rede Latinoamericana por Cidades Sustentáveis, afirmou que essa mudança de mentalidade, anteriormente colocada, deve ser focada, pois, nos chefes de Estado, para que o mau uso dos recursos humanos, financeiros e estratégicos seja evitado.

**31.** Um grupo de organizações latino-americanas contataram-se por meio da Fundação Avina e trocaram experiências a respeito da prática de controle da administração das prefeituras das cidades. Entre estas experiências se destacam por sua trajetória e sua incidência na qualidade de vida nas cidades o Movimento Bogotá Cómo Vamos e o Movimento Nossa São Paulo, que compartilham uma metodologia de trabalho para medir a qualidade e o impacto das políticas públicas da prefeitura de cada cidade. Ambas as experiências inspiraram outros movimentos a utilizar esta metodologia, adaptando-a a cada território. Fonte: [www.plarse.org](http://www.plarse.org). Acesso em 18 de novembro de 2009.



RODAS DE  
DIÁLOGO

**32.** Associação que visa atender à demanda de maior participação dos cidadãos, de todos os setores da sociedade, na construção de um processo permanente de desenvolvimento sustentável, que garanta um ambiente salutar de justiça social, nos níveis de qualidade de vida, atendimento às legítimas necessidades da população, boas oportunidades de trabalho digno e crescimento profissional e condições apropriadas para a sua livre manifestação cultural. Fonte: [www.acaoilhheus.org](http://www.acaoilhheus.org). Acesso em 20 de novembro de 2009.

**33.** Complexo intermodal a ser construído numa área de 1.771 hectares, na localidade de Ponta da Tulha, no sentido Ilhéus-Itacaré, que envolverá porto, ferrovia, hidrovía, rodovia e aeroporto. O intuito é solucionar o "gargalo" existente entre os principais portos baianos, voltado ao escoamento da produção do Estado e das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país. Fonte: [www.skyscraperlife.com](http://www.skyscraperlife.com). Acesso em 20 de novembro de 2009.

**34.** A Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis é constituída por organizações sociais locais que têm como missão comprometer a sociedade e sucessivos governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades, tendo como valor essencial a democracia participativa. Fonte: [www.redecidades.ning.com](http://www.redecidades.ning.com). Acesso em 20 de novembro de 2009.

Passada a palavra para a palestrante Maria do Socorro, esta relatou sobre uma experiência que vivenciou em 1994, quando participou de um curso promovido pela Embratel, durante o qual se sentiu contagiada ao escutar que "cada um de nós é um agente de mudança". Em dezembro de 2007, em um contexto de crise da lavoura cacaujeira, conforme afirmou Socorro, surgiu a ideia do Movimento Ação Ilhéus<sup>32</sup>, do qual é presidente. A partir de então, fazendo parte do Movimento, percebeu a necessidade da relação de troca e do cultivo do espírito altruísta e, paradoxalmente, do espírito egoísta nas relações sociais.

*(...) para eu ser altruísta eu primeiro tenho de ser egoísta, porque eu tenho que me amar. Como é que eu vou amar o outro se eu não amar primeiro a mim mesmo? (...) É a partir do 'eu' que nós chegamos ao 'nós'. Não existe 'nós' sem 'eu' individual...!*

*Maria do Socorro, ao tratar da importância do paradoxo entre o egoísmo e o altruísmo nas relações sociais*

Para responder a pergunta "Como e por que nasce o Ação Ilhéus?", a palestrante relatou um histórico de cassação política na cidade e a imposição de um novo modelo econômico que melhor pudesse geri-la. Corrupção, omissão popular e ausência da noção de coletividade foram alguns dos motivos observados naquele contexto e apresentados na sua explanação para justificar os motivos pelos quais o Movimento foi criado. Na oportunidade, a palestrante citou a construção do Complexo Porto Sul<sup>33</sup> como um exemplo de falta de respeito dos governantes em relação à comunidade, uma vez que a opinião pública não foi requerida para que houvesse o consentimento da sociedade naquela implantação.

Com oficialização jurídica datada de 24 de abril de 2008, o Movimento Ação Ilhéus foi, então, composto por 22 integrantes ativos, 39 sócios voluntários, 18 instituições, além da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis<sup>34</sup>. De acordo com informações da palestrante, no ano de 2009 o Movimento Ação Ilhéus, juntamente com outras instituições, encontrava-se em momento de lançamento da Rede Sul da Bahia Justa e Sustentável, composta por 23 instituições regionais e 10 instituições nacionais e internacionais.

Em continuidade, Socorro enumerou as metas do Movimento, entre as quais se encontrava o acompanhamento da execução do Programa de Governo, pela comunidade local. Ao citá-la, traçou uma breve retrospectiva cronológica dos períodos de escravidão e ditadura militar, no intuito de esclarecer a respeito do medo que o brasileiro sente da denúncia, característica essa considerada por ela intrínseca nessa cultura, omissa em relação aos erros observados.

Utilizando-se da linguagem metafórica, relacionou os movimentos sociais como pedras e o poder público como sendo o telhado. Este pode ser apedrejado por aqueles, em forma denúncias e investigações. Dessa maneira, apontou a importância da transparência, da união e da ética nas relações intersetoriais.



Ao fim dessa colocação, expôs a sua presença ativa nos eventos, sobretudo políticos, da cidade de Ilhéus.

Entre alguns dos pontos de atuação do Movimento Ação Ilhéus, conforme segundo Socorro, encontram-se o Programa de Metas, o Comitê Tripartite do Projeto Porto Sul, a Campanha Adote um Vereador e Acompanhe suas Ações, Ilhéus 100% Saneada e a Construção da Agenda de Desenvolvimento Positiva. Esta última atuação está direcionada para a implantação da já citada Rede Sul da Bahia Justa e Sustentável.

Com o seu discurso voltado para a essência da ação participativa, Socorro tratou, em seguida, da necessidade do respeito entre as relações sociais onde há interesses mútuos, não podendo haver imposições ou ludíbrios, elementos estes utilizados, de acordo com a palestrante, pelo poder público em prol de seus interesses.

Inspirada pelo Movimento Nossa São Paulo, a presidente relatou a experiência de ter sido inspirada por este e como chegou à Câmara de Vereadores, tentando a aprovação do projeto do Movimento Ação Ilhéus, tornando-se, a partir de então, o Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Com voz ativa na cidade de Ilhéus, o Movimento investiga o Poder Legislativo, incitando-o ao cumprimento de prazos e, entre outras resoluções, à entrega de documentos para a Câmara. Além disso, Socorro, como presidente do Movimento, conta com o apoio de uma emissora AM de rádio local, onde possui espaço para o seu discurso, que é essencialmente voltado para as questões municipais, remetendo, inclusive, as suas palavras aos vereadores de Ilhéus. Como resultado desta atitude, a Câmara de Vereadores tem modificado positivamente seu comportamento, segundo afirmação da palestrante. O Ação Ilhéus passa a atingir, com isso, um dos seus objetivos, que é o de impelir os vereadores a reunirem bases para discussão e levantamento de prioridades. Entre os outros objetivos apontados por Socorro, estão as reuniões a serem realizadas pelas das associações de bairros e demais organizações da sociedade civil e do setor privado.

Além do apoio obtido pela emissora de rádio, o Movimento Ação Ilhéus, conforme apontou a palestrante, conta ainda com um coletivo estudantil da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, com voluntários locais e com um grupo de teatro popular<sup>35</sup>. Para obter o seu reconhecimento na comunidade, o Movimento possui estratégias tais como “entender e respeitar o outro e suas razões”, “nunca levar divergências para o lado pessoal”, “não ser oposição ao poder público”, entre outras que, como estas, focam a comunicação, o compromisso e a persistência.

A sustentabilidade financeira foi posta por Socorro como um dos principais desafios enfrentados pelo Movimento, havendo cotização entre os integrantes,

**35.** Através dos projetos Improviso, Oxente! e Um olhar diferente.



RODAS DE  
DIÁLOGO

quando necessário. Além desse, foram apontados também a montagem do Observatório Ilhéus e a construção da Agenda Positiva. Nesse percurso desafiador, a rede de parceiros foi mencionada com saliente importância. Ademais, para enfrentar todos os desafios apontados, a palestrante sugeriu a socialização e transparência dos fatos e informações.

Ao fim de sua explanação, Socorro ressaltou o Instituto IRIS como apoiador do Movimento Ação Ilhéus, encerrando a sua palavra com mostras de fotografias de algumas ações do Movimento.

*[...] nós acreditamos que é possível. E o impossível, segundo Einstein, existe até que alguém ponha em dúvida.*

*Maria do Socorro, sobre a importância da crença nas possibilidades de se alcançar objetivos*

Retomando a palavra, a mediadora Susana Varjão expôs a sua comoção a respeito do Movimento Ação Ilhéus, apontando a humildade das atitudes como motivo maior do seu avanço, quando, ao seguir exemplos, nega a iconoclastia. Dito isso, parabenizou Maria do Socorro pelos seus feitos.

Neste momento, foram registradas as presenças de parte do corpo integrante do Movimento Nossa Salvador, tais: Gilvan David, da Fundação Avina; Adelaide Rezende, sócia-diretora da Consultec; Paulo Fonseca, apontado como um dos pilares do Movimento; Luciana Maia, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB; e Luciano Avena, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH.

Passada a palavra para Fábio Oliva, este iniciou a sua explanação expondo o motivo que o incitou a fundar a Associação dos Amigos de Januária - ASAJAN, nesta cidade mineira. As condições precárias do sistema de saúde local resultaram no falecimento de seu pai, bem como na falta de solução para um problema vivido por seu sobrinho. Em vista disso, ao ser alertado para o fato de que poderia beneficiar Januária de alguma maneira, apesar de não ser residente da cidade, mas ser natural dela, além de já ajudar diversos movimentos, Oliva refletiu sobre o assunto. Feito isso, em 30 de outubro de 2004, com a ajuda de dez pessoas, a ASAJAN foi criada com o propósito inicial de realizar ações sociais, coletar medicamentos e material de limpeza etc., para beneficiamento hospitalar da cidade, além de atuar também na área ambiental. Entre as pessoas que integravam o grupo, uma delas possuía documentos acumulados ao longo de muitos anos, os quais foram analisados e triados pela equipe. Um deles, que apontava uma suspeita de fraude de licitação, levantada pela presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, foi o primeiro caso de investigação da ASAJAN. Com sucesso, os indícios foram confirmados e a denúncia foi feita à Polícia Federal, gerando



credibilidade a todas as posteriores investigações da Associação. Na oportunidade, Oliva mostrou um vídeo jornalístico gerado a partir desta investigação.

*É impossível haver corrupção sem a participação de um advogado, de um administrador público, de um empresário e de um contador. Esses quatro personagens são indispensáveis para que haja corrupção. Sem a participação dessas quatro pessoas é impossível haver corrupção!*

**Fábio Oliva, sobre a corrupção, após mostra do vídeo**

Para Oliva, esta credibilidade é emblemática, uma vez que as ONGs, quando iniciadas, sofrem descrédito e muitas vezes são consideradas uma idealização utópica. Diferente disso, a ASAJAN destituiu governantes que estavam no poder havia 30 anos. De acordo com Oliva, o modelo de Estado baseado nas ideias de Montesquieu, do qual muitos estão acostumados, já atingiu a falência, tendo em vista que ele apresenta uma democracia representativa. Neste momento, Oliva ressaltou que é necessário que essa democracia representativa exista, mas com a participação popular.

*Porque não basta eleger nosso representante e achar que ele vai nos representar. Isso é uma grande utopia. Isso é uma grande bobagem.*

**Fábio Oliva, ao defender a democracia participativa**

Ainda tratando da democracia participativa, o palestrante defendeu a cidade de Januária, tida por muitos como uma das mais corruptas do Brasil. Oliva, que, ao visitar outras cidades, descobriu que o nível de corrupção é o mesmo, concluiu que Januária é, na verdade, a cidade mais bem fiscalizada e, por conta da revelação dos diversos casos, a mais conhecida e comentada.

O altruísmo, defendido anteriormente por Socorro, foi também colocado por ele, mas como valor que incita a desconfiança de juízes, promotores, políticos e população em geral, tal qual ocorreu quando estes esperavam que um dos integrantes da ASAJAN fosse se eleger após a aquisição da credibilidade pela Associação, fato este que não sucedeu.

*As pessoas que estão encasteladas no poder não acreditam que é possível que alguém dedique um pouco do seu tempo em benefício da comunidade sem querer nada em troca. Isso é ponto pacífico. Sempre eles vão perguntar: 'o que vocês estão querendo com isso?'*

**Fábio Oliva, sobre a desconfiança causada pelo altruísmo**

Dando continuidade, Oliva citou a cassação de oito prefeitos, entre os anos de 2004 e 2008, e relatou a respeito da má distribuição de renda, causada pela má gestão da cidade de Januária, a qual possui escolas municipais, hospitais e creches funcionando em condições de extrema precariedade. Além disso, o palestrante informou o quadro da gestão de 2009, da qual o prefeito encontrava-se em vias de enfrentar breve julgamento por crime político-admini-



RODAS DE  
DIÁLOGO

nistrativo, e narrou a ação da ASAJAN na captação de informações-chave que auxiliariam nesse processo.

A fiscalização da ASAJAN é auxiliada também por informações cedidas, ainda que de maneira sutil, por integrantes da própria comunidade, fato este que comprova e reforça a funcionalidade do controle social.

Por fim, ao tratar do desempenho irregular dos vereadores de Januária, Oliva concordou com a ideia do Movimento Nossa Ilhéus, a do auxílio da sociedade através da adoção de um vereador, no intuito de acompanhar suas ações. Esta atitude, segundo o palestrante, é a maneira mais fácil de aprovar projetos de leis interessantes, de criar uma consciência coletiva, alcançando, enfim, resultados.

*As mudanças não virão pelas mãos da maioria acomodada.*

*As mudanças só virão pelas mãos da minoria inconformada.*

*Fábio Oliva, em defesa da atuação conjunta*

Ao retomar a palavra, a mediadora Susana Varjão abriu o bloco de perguntas e respostas, explicando os procedimentos, a saber: disponibilização de um minuto para as perguntas, três minutos para a resposta, com direito a réplica. Não havendo nenhuma discordância por parte do público, os questionamentos foram iniciados.

O primeiro participante iniciou sua palavra posicionando-se contra a falta de investimento na criança, acreditando que a injeção de informações a respeito da sustentabilidade e da responsabilidade social somente em jovens e adultos não é suficiente. Dito isso, direcionou as suas perguntas aos dois palestrantes, questionando Oliva por que motivo os integrantes da ASAJAN não assumem o governo de Januária, "um grupo para que se possa assumir com decência, sabendo que todo esse trabalho vai bater nos indecentes". Voltando-se à Socorro, tentou saber mais informações sobre a aceitação do Movimento Ação Ilhéus na comunidade.

Em resposta, Socorro informou que a aceitação inicial do Movimento partia dos próprios políticos de Ilhéus, fato este que, além de lhe causar surpresa, promovia a confiança e conseqüente aceitação da sociedade civil. De acordo com Socorro, a sua presença passou a ser convocada em eventos locais, com o intuito de legitimá-los perante a comunidade, o que a deixou em alerta, por entender que, em alguns casos, a imagem do Movimento tornou-se requerida por interesse. Entre os motivos causadores desta aceitação, de acordo com a palestrante, está o entendimento geral de que, com as suas atitudes, ela não buscava a promoção política, colocação esta também feita por Oliva, anteriormente, em sua explanação.

**36.** A Amigos Associados de Ribeirão Bonito – Amarríbo – é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em sinergia com a sociedade civil, a administração pública, lideranças políticas e a iniciativa privada, para acompanhar a gestão dos bens públicos e a preservação dos valores e do patrimônio cultural da cidade de Ribeirão Bonito, São Paulo. Fonte: [www.amarríbo.org.br](http://www.amarríbo.org.br). Acesso em 20 de novembro de 2009.



Ao tomar a palavra, Oliva concordou com o participante sobre seu posicionamento quanto ao investimento nas crianças, expondo, em seguida, a ideia já existente de criar a ASAJAN Jr., que tem como base a Amarribo<sup>36</sup>, de Ribeirão Bonito/SP. A Amarribo Jr., como informou o palestrante, é composta pelos filhos dos integrantes da Amarribo e foca não só no auxílio à comunidade, com arrecadação de materiais etc., mas também no combate à corrupção. A respeito da formação de um grupo por integrantes da ASAJAN, que pudesse assumir o governo de Januária, Oliva negou essa possibilidade e, como justificativa, apontou o atual estereótipo de corrupção atrelado ao político, além do fato de que, assumindo o governo, os integrantes ratificariam as especulações de interesse da Associação na promoção política local. Por fim, o palestrante colocou a sua crença de que, uma vez que a ação da ASAJAN tem causado alterações positivas no comportamento da sociedade civil, colocando-a em alerta, este já se configura em um relevante motivo para a decência dos próximos governos.

Antes do questionamento do segundo participante, Izabel Portela anunciou o sorteio de dois exemplares do livro *Micropoderes, macroviolências*, de Susana Varjão, e quatro camisetas do Movimento Ação Ilhéus, programado para o final do evento.

O segundo participante direcionou sua pergunta, por escrito, para Oliva, tentando saber o que pode ser feito para evitar os atentados sofridos por integrantes de ONGs que focam no combate à corrupção. Para tanto, o palestrante aconselhou a associação à rede Amarribo, sobretudo pelo fato de que, sendo um associado, passa a receber o apoio de mais de 175 ONGs do Brasil e do Instituto de Fiscalização e Controle – IFC, fortalecendo-se. Na oportunidade, Oliva relatou sua experiência de ter sofrido uma ameaça e como obteve eficiente retaguarda nesta situação, sendo um associado. O palestrante buscou minimizar a preocupação do participante, alertando que, na maioria dos casos, as ameaças não se concretizam, tendo em vista que buscam um único objetivo, que é o de apenas amedrontar a organização. Por fim, Oliva aconselhou a tomada de precauções, como não frequentar grandes eventos públicos, onde qualquer atentado pudesse ser camuflado pela multidão, e estar mais atento aos movimentos suspeitos no trânsito.

Direcionada a Socorro, a pergunta do terceiro participante, também por escrito, buscava saber o porquê de não se criar um projeto para que o Movimento pudesse ser institucionalizado e fomentado. Em resposta, a palestrante confessou não saber como escrever um projeto e demonstrou não haver interesse em aprender, tampouco em desenvolver um nesta intenção. A palestrante colocou que, uma vez que o Movimento tem obtido sucesso na maneira como vem sendo desenvolvido, com a ajuda de todos os integrantes e colaboradores, tal qual é realizado na ASAJAN, não há interesse em fazer diferente.



RODAS DE  
DIÁLOGO

A quarta participante, funcionária efetiva da Câmara de Vereadores e estu-  
diosa do tema, mostrou-se encantada com as colocações dos palestrantes,  
uma vez que se sentiu ainda mais encorajada e estimulada a continuar pesqui-  
sando sobre o assunto. Direcionando-se aos dois palestrantes, a participante  
buscou informações a respeito dos espaços ditos institucionalizados previstos  
na Legislação, a exemplo do Estatuto da Cidade e da Lei de Responsabilidade  
Fiscal, com relação ao Orçamento Participativo, às Conferências e aos Con-  
selhos de Direito. A participante, ao apontar a cultura brasileira como sendo  
autoritária e patrimonialista, reconheceu o desafio de preparar indivíduos para  
se tornarem seres participativos. Com isso, interrogou sobre a maneira de  
enfrentar esse desafio, capacitando conselheiros para interferirem nesses  
espaços da esfera pública de forma qualificada. Além disso, intentou saber  
quais as experiências que os dois palestrantes possuem nas ouvidorias das  
Câmaras e Prefeituras das cidades nas quais atuam.

A palestrante informou que os representantes do poder público demonstram  
agradabilidade diante da sua presença, chegando, muitas vezes, a solicitá-la.  
Quanto à questão da Ouvidoria, fez saber que a Ouvidoria da Câmara de Ve-  
readores de Ilhéus não funciona, sendo este um dos motivos pelo qual ela se  
utiliza da rádio local, conforme dito anteriormente. Esta atitude, além do envio  
de e-mails em corrente para os vereadores, Ministério Público e demais inte-  
ressados da comunidade, já se configura numa maneira relevante de melhor  
qualificar a Câmara da sua cidade.

Em seu esclarecimento, Oliva apontou como enfrentamento o exercício da  
conscientização da população quanto ao seu direito de empoderamento. Em  
2004, de acordo com o palestrante, apenas a ONG realizava denúncias ao Mi-  
nistério Público. Hoje, a denúncia tornou-se uma rotina para toda a população  
de Januária, uma vez que passou a reconhecer os seus direitos. Oliva infor-  
mou ainda sobre as maneiras simples e acessíveis de controle social, como  
as cartilhas disponíveis nos sites da Amarribo, do Programa De Olho Vivo no  
Dinheiro Público e do Tribunal de Contas da União, este último com cartilhas  
em quadrinhos para crianças, tendo ínfimo acesso, dada a ausência de divul-  
gação. O estímulo à busca dessas informações foi apontado pelo palestrante  
como uma das ações da ASAJAN junto à comunidade. Quanto às Ouvidorias,  
a falta de crença do público de que haja soluções para as reclamações confi-  
gura-se um desestímulo. Por fim, informou sobre um modelo de requerimento  
às Prefeituras, disponível no site da ASAJAN<sup>37</sup>, para facilitar reivindicações de  
pessoas que possuem dificuldade redacional. Ressaltou ainda que o modelo  
de requerimento possui cópia para ser enviada ao Ministério Público.

Neste momento, foi registrada a presença da designer Goya Lopes, debatedo-  
ra da VIII Roda de Diálogo IRIS e personagem do jornal-tablóide lançado neste

37. <http://blogdofabiooliva.blogspot.com/>



evento. Na oportunidade, um participante presente anunciou um evento sobre combate à corrupção, promovido pelo Instituto ETHOS, que seria realizado no dia 24 daquele mês

Socorro retomou a palavra, a fim de acrescentar a importância da persistência, expondo a sua atitude de constantemente reprisar solicitações, quando não obtém com prontidão as respostas requeridas.

A quinta participante, por fazer parte da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, confessou ter sentido falta do papel das empresas no discurso dos palestrantes e questionou, por isso, de que maneira as empresas podem ajudar nesse processo de controle social.

Para responder esta pergunta, Socorro expôs as vantagens e desvantagens de se trabalhar em conjunto com as empresas nesse processo. A preocupação destas com o retorno financeiro foi posta como a maior desvantagem, visto que, a partir do momento em que uma empresa toma conhecimento de que não há lucro na atividade exercida pelo Movimento, desiste da tentativa de estabelecer parceria.

O sexto participante enviou sua pergunta por escrito e buscou saber de Oliva como a ASAJAN teve acesso às notas fiscais comentadas por ele. Em esclarecimento, Oliva mencionou duas formas de alcançar este objetivo: requisição direta à Prefeitura ou solicitação da interferência do Ministério Público, caso aquela não cumpra o prazo de 15 dias, estabelecido para a cessão. O palestrante, em ressalva, apresentou a ação de exibição de documentos, que pode ser solicitada ao juiz, em caso de férias da Promotoria. Neste caso, o juiz pode solicitar a exibição à Prefeitura, que cede os documentos para que sejam xerocopiados.

Quanto às empresas, Oliva afirmou ter apoio de grande parte delas, relatando alguns exemplos. A exceção foi apontada para o caso das empresas que foram vítimas de denúncias. Ao tratar do viés financeiro, fez saber que não há solicitação de recursos a nenhuma dessas empresas, preferindo, pois, a cotização entre os integrantes da Associação, tendo em vista que qualquer outra maneira geraria desconfiança da sociedade. Na oportunidade, citou o caso da ONG que recebeu o montante de um milhão de reais do Governo Federal, fato este que, de acordo com Oliva, desmoralizou a relação financeira das ONGs no país. O palestrante atentou ainda para o fato de que, com a fiscalização às prefeituras, várias empresas de Januária voltaram a participar do processo de licitação pública, fato que não ocorria há um tempo, visto que, em casos de aprovação, o recebimento não era efetuado.

O sétimo participante direcionou sua pergunta para Socorro e, por escrito, buscou instruções sobre como ter acesso às Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO<sup>38</sup> e como solicitar, passo a passo, uma audiência com um prefeito.

**38.** Lei que estabelece metas e prioridades para o exercício financeiro, orienta a elaboração do orçamento e faz alterações na legislação tributária.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Por priorizar o tratamento informal, Socorro colocou o seu desconhecimento de como solicitar a LDO formalmente. Apontou como solução a construção de um ofício, a ser direcionado à Prefeitura, à Câmara de Vereadores ou ao Ministério Público. De acordo com a sua experiência, as solicitações são direcionadas por e-mail aos governantes, com cópia para o Ministério Público, para que este tome conhecimento sobre a solicitação.

O oitavo participante, que também teceu por escrito o seu questionamento, afirmou, inicialmente, o fato de que todo recurso público enviado para qualquer município por outra pessoa passa por auditoria. Com isso, questionou Oliva a respeito dos resultados dos relatórios construídos pelos auditores em Januária e se esses relatórios são anexados à documentação da ASAJAN.

Complementando, inicialmente, o esclarecimento de Socorro, Oliva informou sobre a existência de sites da maioria das prefeituras e câmaras municipais do país, nos quais estão expostos links sobre a legislação, facilitando a obtenção de informações sobre a LDO e o Plano Plurianual - PPA<sup>39</sup>. Quanto aos relatórios dos auditores, o palestrante esclareceu sobre a realidade de que muitos deles são construídos, não sendo, em muitos casos, admitidos por seus supervisores. Esses relatórios, conforme dito, podem ser arquivados ou enviados ao pleno da Controladoria Geral da União, incerteza esta que gera frustração nos auditores. Outro entrave apontado por Oliva foi o espaço de tempo entre a descoberta de um fato e a confecção de seu relatório, o que, neste caso, gera uma frustração na comunidade, por aguardar um resultado que coexiste com a possibilidade de não ser apresentado. Além disso, o tempo de espera desses resultados é demasiado longo, o que permite a ocorrência de novos casos, levando, como acredita Oliva, a comunidade à descrença. Concluindo a sua ideia, ele informou ainda que esses relatórios são utilizados para dar entrada no processo de ação popular, visto que, por vezes o Ministério Público demonstra ineficiência nas resoluções, justificada pela alta demanda.

O nono participante informou, inicialmente, que a cidade onde reside, Pojuca/BA, é produtora de petróleo, na qual a PETROBRAS possui um passivo ambiental relevante. Dito isso, solicitou de Socorro informações sobre como cobrar essa dívida dessa empresa.

Em sua resposta, Socorro informou a sua inexperience em casos de passivos ambientais, tendo conhecimentos apenas em casos de passivos fundiários. No entanto, instruiu que solicitasse auxílio junto ao Ministério Público, entrando, posteriormente, com uma ação civil pública contra a empresa, para que haja compensação do município.

**39.** Lei que prevê a arrecadação e os gastos em programas e ações para um período de quatro anos.



As duas perguntas seguintes, lidas pela mediadora, intentavam saber de Oliva a respeito da preocupação deste quanto à sua integridade física, bem como a de sua família, além de requerer informação sobre a situação do sistema de saúde de Januária.

Complementando a resposta de Socorro, sobre o passivo ambiental da Petrobras, Oliva esclareceu sobre a existência de duas atitudes a serem tomadas. Uma delas é a ação pública ambiental, de competência do Ministério Público. A outra é a ação popular ambiental, de competência do próprio cidadão. Para esta, exige-se provas e laudo técnico que demonstrem o valor do prejuízo, podendo, assim, o cidadão promover esta ação. Quanto à pergunta restante, colocou o seu temor por estes possíveis fatos, confessando, no entanto, não se sentir intimidado por essas possibilidades, que são minimizadas em cidades de interior.

Neste momento, Socorro solicitou permissão para acrescentar que a questão da ameaça pode ser invalidada pelo próprio comportamento e relação da organização com as pessoas da cidade. Uma vez credibilizada, a organização passa a ter o respaldo da comunidade.

Oliva, em resposta ao questionamento sobre a realidade do setor de saúde de Januária, informou que este, juntamente com o setor social e o setor de educação, apresenta-se de forma caótica, tendo em vista que são os setores preferidos para o desvio de verba pública, dado o maior investimento nestes. Dito isso, relatou um exemplo de desvio de verba no setor de saúde da cidade.

A penúltima pergunta foi realizada por um comandante de voo, que assistiu à Roda de Diálogo via internet, diretamente de Taiwan, transmitida com o auxílio de uma participante, amiga particular deste e de Maria do Socorro. O comandante interessava-se em obter informações a respeito das ações que estavam sendo realizadas, além das já planejadas para que o trabalho de ambos os palestrantes pudesse ser difundido mais rapidamente, atingindo os objetivos de maneira mais rápida e direta e com a participação de mais interessados.

Para tanto, Socorro apontou momentos como as próprias Rodas de Diálogo IRIS, as quais se configuram como incitadoras dos participantes presentes, que são, na verdade, os agentes multiplicadores dessas ideias.

A ASAJAN, de acordo com resposta de Oliva, tem estimulado a criação de novas organizações, com objetivo atingido já em cinco cidades. Atualmente, a Associação está dando suporte para a criação de mais duas organizações no Estado de São Paulo, além de estimular a participação da comunidade em eventos como este.



RODAS DE  
DIÁLOGO

Por fim, o último questionamento buscou saber o que ocorreu com as pessoas – três advogados da cidade de Januária - responsáveis pelo atentado sofrido por Oliva. Em resposta, este informou que a delegada local desconsiderou ter sido um atentado, intitulando-o de lesão corporal, enviando o caso para o Juizado Especial. Cada um dos responsáveis foi condenado a pagar a fiança de dois salários mínimos, destinados a um asilo, a um orfanato e a uma entidade de promoção do menor. O palestrante relatou ainda exemplos que comprovavam a ligação entre a delegada e os três responsáveis pelo atentado, fato este que minimizou a pena cumprida. Além disso, informou sobre a atual condição desses três advogados, os quais perderam, em contrapartida, toda a clientela antes conquistada, o que demonstra a resposta da comunidade para o caso.

Finalizado o bloco de perguntas, o livro e as camisetas foram sorteadas. O sorteio contemplou apenas as pessoas que assinaram a lista de presença.

A IX Roda de Diálogo foi encerrada dentro do prazo previsto, sob satisfatórias manifestações de contentamento dos participantes e convidados.



# X Roda de Diálogo IRIS

MARÇO 2009

61

A X Roda de Diálogo IRIS, última edição da segunda etapa, ocorreu no dia 03 de dezembro de 2009, das 17h às 10h, na FIEB, em Salvador. A Roda teve como tema Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade e contou com a presença de empresários, membros do terceiro setor, do governo, de faculdades e universidades, reunindo cerca de 46 participantes.

A fim de atingir os objetivos dessa proposta, utilizou-se como estratégia a articulação com ampla rede de parceiros e apoiadores (SEBRAE, FIEB, Chesf, Coelba, A Tarde, Fundação Kellogg, entre outros). Empresas associadas ao SEBRAE-BA, Sistema FIEB e Associação Comercial da Bahia também foram mobilizadas. A mobilização se deu por meio de convites eletrônicos.



**Público presente na X Roda de Diálogo, promovida pelo Instituto IRIS.**

## ABORDAGEM DO TEMA

Discutir a respeito do Desenvolvimento Urbano e da Sustentabilidade foi o objetivo da X Roda de Diálogo, que teve como palestrante a arquiteta e coordenadora geral do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, Beatriz Lima, e como debatedores o engenheiro e especialista ambiental, Ubiratan Félix, e o arquiteto e doutor em História da Arte, Eugênio Lins.

A abertura da X Roda de Diálogo foi realizada pela superintendente do Instituto IRIS, que apresentou os convidados, o tema desta edição e convidou Paulo Fonseca, um dos integrantes do grupo incursor do Movimento Nossa Salvador, para discorrer brevemente a respeito deste.



RODAS DE  
DIÁLOGO

A explanação de Paulo Fonseca pautou-se nos eixos de atuação e nos objetivos do Movimento Nossa Salvador, sobretudo quanto à maneira de viabilização de um controle social com base na democracia participativa e na valorização cidadã.

Passada a palavra à palestrante Beatriz Lima, esta iniciou sua fala tratando da evasão de moradores do Centro Antigo, bem como a importância deste na formação histórica do país. Neste momento, interrogou os presentes quanto à existência, em suas rotinas, de uma frequente visita ao Centro Antigo de Salvador. Uma vez que maior parte dos participantes se pronunciou, Lima mostrou-se surpresa com a quantidade, alegando ser aquela a primeira vez em que uma plateia respondia àquela pergunta de maneira tão positiva.

Feito isso, discorreu a respeito de uma pesquisa realizada no Centro Histórico, a fim de reconhecer quem era o seu maior público: soteropolitanos ou turistas? A conclusão da pesquisa apontou turistas do interior do Estado da Bahia como os maiores visitantes, seguidos dos paulistas e mineiros, dos estrangeiros e, por último, encontravam-se os soteropolitanos.

De acordo com Lima, o Plano de Reabilitação do Centro Antigo, que tem como objetivo a revitalização do Centro Histórico de Salvador, é um pacto entre o Estado e Município. A palestrante informou que, baseado em pesquisas solicitadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi possível perceber que, comparado ao Centro Histórico, o seu entorno apresentava uma deficiência social muito maior, sendo citados, como exemplos, o baixo índice educacional e a alta taxa populacional carente, em decorrência do esvaziamento<sup>40</sup> do Centro. Uma vez que esses problemas foram entendidos como uma consequência das políticas adotadas, assumiu-se uma poligonal e a equipe de planejamento do Plano passou, então, a trabalhar inicialmente nesta detecção.

Da esquerda para a direita: Beatriz Lima, Eugênio Lins e Ubiratan Félix





Lima tratou do Plano de maneira cronológica (Tabela 1), fazendo saber que, em 2007, ocorreu a definição política da área. A identificação das ações prioritárias, bem como a contratação das consultorias<sup>41</sup> e as posteriores, e ainda tímidas, melhorias no Centro foram possíveis no ano de 2008. De acordo com o detalhamento da palestrante, após a assinatura do acordo com a UNESCO, a equipe de planejamento buscou todas as propostas direcionadas ao Centro Histórico que tinham sido encaminhadas ao Estado. Observadas as necessidades básicas do Centro (assédio aos turistas, escassa segurança, iluminação etc.), iniciou-se o trabalho dos consultores. Identificadas as ações prioritárias, foram desenvolvidos cursos de capacitação às pessoas que trabalhavam livremente no local, a exemplo dos ambulantes. Além disso, recursos como reforço da fiscalização e iluminação das ruas do Centro Histórico foram providenciados.

Segundo Lima, as consultorias auxiliaram em uma melhor leitura da área e do entorno, tendo em vista que as informações que a equipe de planejamento do Plano possuía anteriormente eram insuficientes e resumiam-se à área do Centro Histórico.

**TABELA 1 - AÇÕES DO PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO (2007/2009)**

2007	2008	2009
Definição política da área do centro antigo	Identificação das ações prioritárias	Centro Histórico recebe nova iluminação
	Contratação das consultorias	III Encontro das Câmaras Temáticas
	I Encontro de Instalação e Alinhamento das Câmaras Temáticas	Workshop internacional
	Curso de capacitação dos ambulantes do Centro Histórico	
	II Encontro das Câmaras Temáticas	

Uma vez que uma das questões básicas do Plano era o seu foco no caráter participativo, transparente e interdisciplinar, priorizou-se a construção de Câmaras Temáticas com representação dos atores locais, bem como a criação de um blog<sup>42</sup>, onde passaram a ser veiculadas todas as informações do andamento da construção do Plano.

A partir de 2008, foram formadas quatro Câmaras Temáticas, divididas sob os seguintes pontos de convergência:

- Educação, Cultura, Turismo e Lazer;
- Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda;
- Segurança, Direitos Humanos, Cidadania e Justiça;
- Habitação, Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente.

**40.** Foi informado pela palestrante que muitas famílias carentes foram deslocadas do Centro Antigo, recebendo, cada uma delas, uma taxa indenizatória. Essas famílias alojaram-se, no entanto, no entorno do Centro, sempre retornando a este para dar prosseguimento às suas antigas atividades de trabalho, já realizadas no local.

**41.** Segundo Beatriz Lima, esta contratação se deu em associação com a UNESCO.

**42.** Vide [www.centroantigo.blogspot.com](http://www.centroantigo.blogspot.com)



RODAS DE  
DIÁLOGO

Nesse momento, Lima fez entender sobre a criação das Câmaras, bem como da realização de um workshop internacional, ocorrido em julho de 2009, com o intuito de enriquecer a construção do Plano de Reabilitação do Centro Antigo. Neste evento, conforme palavras da palestrante, foram reunidos peritos em reabilitação, nacionais e internacionais, a fim de promover um intercâmbio de experiências que não fossem apenas acadêmicas.

O trabalho das Câmaras Temáticas, bem como o das consultorias (desde o diagnóstico até as leituras e proposições), foi sistematizado, gerando 15 propostas, que, segundo Lima, seriam apresentadas nos dias 10 e 11 de dezembro de 2009, no IV Encontro das Câmaras Temáticas<sup>43</sup>. Essas propostas foram construídas, conforme a palestrante, a partir da contribuição das consultorias, das Câmaras e do workshop. Lima informou que a definição do gerenciamento do Plano se daria após a aprovação dessas propostas, quando então seria decidido se estas seriam gerenciáveis, com início, meio e fim, ou apenas repassadas a instituições do governo.

A respeito da questão financeira, Lima dispensou a criação de uma Fundação, fazendo saber sobre a sua intenção em criar “uma coisa temporal, com começo, meio e fim, com metas definidas, com missão, com visão de futuro, com estratégias e pressupostos”. A palestrante informou que a intenção da equipe de planejamento era extinguir o Plano em um prazo de quatro anos, deixando minimizadas as dificuldades encontradas atualmente no Centro Antigo.

*Não é criar uma Fundação, porque eu acho que não tem espaço mais para órgãos públicos.*

*Beatriz Lima, a respeito da possível criação de uma Fundação que represente o Centro Antigo*

Dando prosseguimento, Lima apresentou alguns slides com trabalhos dos consultores, a fim de demonstrar, em números e imagens, a real situação daquela localidade, a saber: contingente populacional, áreas, nível de escolaridade dos residentes, comércio, concentração de imóveis etc.

A palestrante tratou do alto custo de manutenção dos imóveis daquela região, sendo visto como um dos pontos que justificam a diminuição do contingente populacional residente no Centro Antigo. Lima sugeriu a construção de imóveis contemporâneos e, por isso, com custos mais baixos.

Ainda tratando do custo de vida daquela região, Lima apontou dados de um dos consultores, que comprovam os valores altos dos produtos e serviços do Pelourinho, tendo em vista que essa região volta-se para o turismo. Na oportunidade, a palestrante tratou do assédio aos turistas, da incidência de furtos, da má qualidade de serviços oferecidos aos moradores e da

43. Ver mais sobre o Encontro em <http://centroantigo.blogspot.com/2009/12/proposicoes-do-plano-de-reabilitacao-do.html>. Acesso em 12 de junho de 2011.



vadiagem juvenil e drogação, sendo estes dois últimos quesitos de maior ocorrência no entorno do Centro Histórico e não neste, embora a imagem transmitida remeta a uma maior conturbação no Centro do que as estatísticas comprovam.

A poluição, apontada nas pesquisas como um dos incômodos mais citados pelos frequentadores, foi estudada, concluindo-se que este desagrado é referente, na realidade, a fatores significativos, tais: sons, odores, resíduos, acúmulo de água, conservação de fachadas e iluminação, caracterização dos frequentadores e percepção de segurança (Tabela 2).

Os equipamentos e negócios culturais, como teatros, igrejas, museus, cinemas, antiquários etc., encontram-se em estado de conservação deficiente, não sendo os fatores físicos, conforme opinião da palestrante, mais incômodos que os problemas de gestão. Trabalho conjunto, auxílio mútuo entre museus ou cinemas foram algumas das soluções apresentadas por Lima.

Vale ressaltar que a palestrante atentou para a existência de tesouros conhecidos e outros ainda a serem descobertos no Centro Antigo. Essa observação fez referência ao desconhecimento que os próprios soteropolitanos possuem de suas riquezas culturais.

*É assustador a quantidade de tesouro descoberto e a ser descoberto nessa área.*

*Beatriz Lima, sobre as riquezas culturais ainda desconhecidas no Centro Antigo.*

No intento de tomar conhecimento de quais eram os negócios que funcionavam naquela área, a equipe convocou os negociantes locais para que apresentassem seus trabalhos, fossem eles investimentos públicos ou privados. Desta etapa, concluiu-se que cada um deles funcionava de maneira individual, sem o estabelecimento de parcerias.

**TABELA 2 - A POLUIÇÃO SOB O FOCO DOS FREQUENTADORES**

Sons	>	Batuque dos tambores
Odores	>	Forte cheiro de urina
Resíduos	>	Desrespeito ao horário de coleta de lixo
Acúmulo de água	>	Lavagem das ruas como tentativa de minimização dos odores
Conservação de fachadas e iluminação	>	Pinturas gastas e fraca iluminação das ruas
Caracterização dos frequentadores	>	Trajes e adereços dos transeuntes
Percepção de segurança	>	Pouca fiscalização local



RODAS DE  
DIÁLOGO

Ao tratar da acessibilidade e da mobilidade humana na área do Centro Antigo, Lima colocou a dificuldade em captar informações a respeito do fluxo naquela região e que, vencida essa etapa, puderam observar que os dados dessa pesquisa apontavam índices muito baixos. Foi identificado, no entanto, que há mais ciclistas transitando pelo Centro de Salvador do que em cidades brasileiras que possuem o mesmo porte.

*E se a gente tem esse indicador de mais gente de bicicleta que em cidades onde está se fazendo uma campanha grande para convidar as pessoas a andarem de bicicleta, por que não dotar de condições adequadas para bicicleta, criar ciclovias nessas áreas e criar condições para os carros não estacionarem nas ruas e, sim, dentro de garagens?*

**Beatriz Lima, sugerindo a criação de ciclovias na área do Centro Antigo.**

A respeito do turismo no Centro Histórico, a palestrante alertou para a curta trajetória que as empresas de viagem destinam àquela área, limitando os turistas às visitas curtas e historicamente incompletas.

*É um ciclo que precisa sair de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso, 'né'? Mude essa conexão e esse paradigma da gente ressignificar essa área do ponto de vista contemporâneo. Eu acho que é por aí que está a sustentabilidade.*

**Beatriz Lima, opinando a respeito da relação turismo versus geração de renda versus sustentabilidade.**

Por fim, culpou a sociedade pelo fato de o Centro Antigo ter perdido seus valores, sobretudo o econômico.

O debatedor Ubiratan Félix iniciou a sua explanação rememorando que, em tempos antigos, a Centro Histórico era chamado de "Cidade de Salvador". Para ele, o esvaziamento do lugar não ocorreu de maneira natural e, sim, planejada. Neste momento, lembrou que esse fato também se deu em outras áreas, como os bairros Barris, Graça e Canela. De acordo com a explicação de Félix, o esvaziamento do Centro Antigo se justifica através do deslocamento dos poderes constituídos para lugares mais distantes. Para exemplificar este fato, citou o Hotel Paris e a Lobras (antiga Lojas Brasileiras).

Segundo Félix, a política expansionista ocorrida em Salvador acarretou a redução populacional desses espaços estruturados. Neste momento, tomou como referência a cidade de Porto Alegre, onde políticos e grandes nomes locais residem no Centro Histórico.

O debatedor lembrou ainda da migração de grandes escolas, que se situavam no Centro de Salvador, para outros bairros. A justificativa para tal acontecimento, segundo ele, refere-se à faixa etária dos atuais moradores do Centro, em sua maioria idosos.



A ineficiência dos meios de transporte foi outro ponto apresentado como explicação para a prioridade que muitas pessoas têm destinado aos seus veículos automobilísticos, optando por imóveis com garagem, fator este que inexiste no Centro Antigo.

Ao discorrer sobre o turismo de Salvador, Félix adjetivou-o de “sexual e de diversão”, tendo os jovens como os maiores frequentadores da cidade. O debatedor estabeleceu também um paralelo entre estes e os turistas de Paris, vista como uma cidade de turismo cultural. Além disso, apontou a necessidade de uma alteração nos hábitos dos soteropolitanos, bem como no foco de divulgação do lazer baiano. Estas ações, conforme o debatedor, prezariam a qualificação do turista baiano.

Por fim, Félix atentou para a existência das cidades médias, sobretudo pela presença das universidades em seus espaços. Nesta oportunidade, citou as cidades baianas de Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itapetinga, Barreiras, Jequié, Teixeira de Freitas e Eunápolis. Estas cidades, segundo ele, têm sido responsáveis pela desconcentração do foco de estudo e moradia na capital, fato este que ele considerou de notável importância, uma vez que inicia outros centros de poder do Estado da Bahia.

*O que precisa fazer? Precisa passar para essas cidades esse parâmetro de crescimento com sustentabilidade. Não dá pra gente pensar em crescer como a gente cresceu até agora.*

**Ubiratan Félix, incitando o discurso sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades médias**

Ao iniciar a sua fala, o debatedor Eugênio Lins (Figura 51) teceu comentário a respeito do Plano de Reabilitação do Centro Antigo. Colocou como essencial o fato de o Plano possuir como um dos focos a gestão participativa, pois permite, assim, que a visão não seja somente técnica e/ou acadêmica. Lins ponderou, no entanto, quanto à viabilização do Plano, alegando a necessidade de uma articulação política para que se torne viável essa implementação.

*Agora é o grande desafio! Como é que isso vai se tornar realidade? Como é que isso vai se tornar programa de governo do município e do governo estadual? Porque senão a gente também morre na praia. Acho que aí 'tá' o grande desafio. E aqui também é um espaço pra se colocar esse desafio.*

**Eugênio Lins, problematizando a respeito da viabilização do Plano de Reabilitação do Centro Antigo e incitando a agregação de algumas instituições presentes na X Roda.**

Segundo ele, faz-se fundamental o apoio da sociedade nesse momento de construção do Plano. Em contrapartida, apontou essa noção de apoio de pertencimento como uma característica da qual a sociedade soteropolitana está isenta. Nesse momento, reconheceu a formação de grupo sociais na cidade,



RODAS DE  
DIÁLOGO

porém voltados com maior ênfase para questões sociais, como a violência, do que para a questão urbana e a melhoria da qualidade de vida.

No intuito de justificar essa colocação, Lins lembrou a falta de habilidade da sociedade para dialogar com Planos como o descrito nesta Roda. Acrescentou que as apresentações desses Planos possuem uma linguagem demasiadamente técnica e acadêmica; difícil, portanto, de ser compreendida pela população em geral, que, uma vez que não a entende, não questiona.

Neste momento, Lins tratou das audiências públicas como “o grande engodo deste país”, com relação aos planos diretores.

*Isso é uma grande farsa neste país. É a maior farsa que existe neste país. Porque você leva conteúdos que a população não tem o menor conhecimento pra dialogar.*

*Eugênio Lins, a respeito das audiências públicas brasileiras.*

Ao concluir esta ideia, o debatedor defendeu a democratização das informações sob um nível acessível de conhecimento.

Contrapondo-se ao pensamento de Félix, Lins justificou o esvaziamento do Centro Histórico como um fato que não se resume apenas à cidade de Salvador. Cidades como Recife, em Pernambuco, e São Luís, no Maranhão, estão vivenciando este mesmo processo, explicado pelo debatedor como sendo o atual modelo de construção das cidades brasileiras. Abandona-se o centro para residir nas zonas periféricas. Estas que criam, conforme Lins, uma “satisfação artificial”, com grandes empreendimentos voltados para o conforto, a praticidade e o isolamento dos seus residentes com o meio social, sobretudo o do centro. Esse direcionamento, segundo ele, encerra o papel das cidades como espaços de sociabilização, de encontro, de troca e de convivência.

*Então, nós não estamos construindo cidades. Nós estamos desconstruindo as cidades e criando algo que nós não sabemos o que será.*

*Declaração de Eugênio Lins, quanto à atual organização estrutural das grandes cidades*

Lins ressaltou que esse processo mostra-se mais acentuado no Nordeste. E que não se pode considerar o movimento de esvaziamento e decadência restrito à área do Centro. Fez saber que demais áreas, a exemplo da Barra, vêm vivenciando essa desconstrução.

Em seguida, o debatedor sugeriu que as soluções fossem pensadas para a cidade de Salvador como um todo, visto que se trata de uma região metropolitana. Nesse momento, Lins elogiou o Plano de Reabilitação do Centro Antigo, alertando, no entanto, para as suas demais necessidades de viabilização,



como a existência de políticas públicas bem definidas, aspecto este que rendeu ao debatedor críticas enfáticas à cidade de Salvador.

*É uma cidade onde as pessoas fazem o que querem e aonde querem! A cidade está sendo destruída totalmente!*

***Declaração enfática de Eugênio Lins, ao discorrer sobre a ausência de políticas públicas na cidade de Salvador.***

Por fim, ainda imerso em seu discurso sobre a destruição de Salvador, Lins atentou para o fato de que essa destruição não tem ocorrido apenas na estrutura física local, mas também em um nível cultural, uma vez que a cultura de um lugar é edificada e mantida pelas relações sociais.

*O maior patrimônio que essa cidade tinha era o modo de ser baiano. (...) E isso tá indo ladeira abaixo.*

***Declaração final de Eugênio Lins.***

Neste momento, o debatedor, por também ser o moderador da Roda, abriu o bloco de perguntas e respostas, explicando os procedimentos, a saber: disponibilização de um minuto para as perguntas, três minutos para a resposta, com direito a réplica. Não havendo nenhuma discordância por parte do público, os questionamentos foram iniciados.

A primeira participante iniciou sua palavra afirmando que, indubitavelmente, o desenvolvimento perpassa pela integração entre sociedade civil, governo e empresas. Pertencente à cidade de Itapagipe, equiparou a situação deste município com a do Centro Histórico e de bairros citados pelos convidados, no que tange à necessidade de políticas públicas. Concordou que é importante a formulação de leis de incentivo, bem como as de limitação, o que evitaria, por exemplo, a transformação de áreas inicialmente construídas com um intuito, sendo modificadas com o tempo, de acordo com interesses empresariais. A participante não teceu nenhuma pergunta, deixando apenas a sua reflexão.

A segunda participante, que então trabalhava no bairro Comércio, alertou que em momento algum Lima tratou deste local em sua explanação. Lembrou que o Comércio é a “porta de entrada de Salvador”, onde se encontra localizado o Porto, de onde desembarcam turistas. Colocou que considerava que este bairro estava imerso em uma situação vergonhosa e lembrou que a história comercial, econômica e financeira de Salvador teve início naquele local. A participante relatou ainda que, nas vezes em que saía do trabalho já de madrugada, deparava-se com muitas pessoas abandonadas habitando a Marquise do Instituto do Cacau. Nesse momento, convidou os pesquisadores presentes na Roda a visitarem o lugar referido, tendo em vista que desconhecia a existência de instituições que trabalhassem a questão da desigualdade e infraestrutura



RODAS DE  
DIÁLOGO

daquela realidade. O mesmo descaso denunciado indignadamente pela participante foi remetido, segundo ela, à Prefeitura. Por fim, interrogou: “O que é revitalizar o Centro Antigo? O que é revitalizar o Centro Histórico? O que é revitalização, nesse contexto?”

O terceiro participante solicitou que os convidados discorressem mais sobre a capacitação oferecida às pessoas de baixa renda que trabalham no Centro Histórico, conforme comentado por Lima. Como um dos organizadores de um projeto, ainda a ser apresentado às autoridades, interessou-se por esta informação.

Em resposta, Beatriz Lima ressaltou a diferença entre Plano e Projeto. Reprisu o prazo de ação do Plano de Reabilitação do Centro Antigo, de 4 anos, quando, a partir de então, os projetos serão executados. Colocou que muitas propostas estiveram direcionadas para a criação de uma Fundação, qual não é o objetivo da equipe de planejamento. Ao informar, nesta ocasião, sobre o apoio que o Plano vinha recebendo da Faculdade Getúlio Vargas – FGV, Lima expôs sua opinião em defesa da adoção de um modelo gestor diferenciado, uma vez que é sabido dos problemas enfrentados pelas estruturas públicas. Conforme a palestrante, naquele momento intentava-se criar uma organização provisória, com um plano de metas, com recurso de investimentos e uma capacidade de captação de recursos com foco na articulação com a iniciativa privada, tal qual o plano de negócios das empresas privadas.

Ainda comentando a primeira interpelação, Lima concordou quanto à necessidade de políticas públicas, porém mostrou-se ponderada quanto à criação de leis, afirmando que estas já existem em demasia no Brasil. Lembrou ainda que o papel da sociedade civil, que deveria ser o de reunir-se em movimentos, fiscalizando projetos e cobrando direitos, não é cumprido.

Passada a palavra para Félix, este teceu uma tréplica quanto ao comentário de Lins sobre os grandes empreendimentos residenciais. Colocou-se como um esperançoso, visto que a comodidade oferecida por estes, a exemplo de piscinas, quadras de jogos etc., atraem moradores durante um prazo, mesmo que curto.

A quarta participante concordou quanto à questão da mobilização social como forma de apoio a planos e projetos existentes. Na oportunidade, citou o IRIS como exemplo e fez saber sobre o Movimento SOS Barra, não restrito a esse bairro, mas apenas iniciado nele e considerado orgânico e apartidário, com vínculo restrito “ao povo, aos cidadãos que pagam impostos”. Concordou com a colocação de Lins, sobre a acomodação do baiano, que não vai às ruas lutar por direitos. Por fim, elogiou o Movimento Nossa Salvador, que, até então, desconhecia.



*Eu acho que única forma de mudança é através da mobilização social.*

*Comentário de participante da X Roda, em seu questionamento, durante o bloco de perguntas.*

O quinto participante questionou Lins sobre a possibilidade de se considerar o Carnaval como uma destruição cultural.

A este questionamento, Lins respondeu sucintamente com outra interrogação: há ainda Carnaval em Salvador?

A sexta participante colocou-se, enfaticamente, como uma apoiadora do Plano de Reabilitação do Centro Antigo, com vistas à permanência da riqueza e vivacidade dos estudos históricos da Bahia.

Em sua palavra final, Félix ressaltou a sua esperança diante da realidade de Salvador e diversas cidades brasileiras. Como explicação para tal, citou as mobilizações sociais em prol do Movimento Dia mundial Sem Carro<sup>44</sup>, já adotado em diversas cidades do país.

Lima reforçou a defesa na redução do custo de vida no Centro Antigo, concordando com o ponto de vista de Félix. Reprisou o Plano enquanto um planejamento a ser aprovado e que ainda terá o seu modelo de gestão e de investimento definidos.

Lins concordou que o Plano somente poderá ser consolidado se tiver a participação da sociedade. Admitiu que a mobilização é difícil, mas que é positivo observar o empenho dos participantes da Roda, o que já significava um início. Além disso, confessou que o seu pessimismo existia por observar a ausência de mobilizações, tendo em vista que a mudança somente ocorre por intermédio da sociedade.

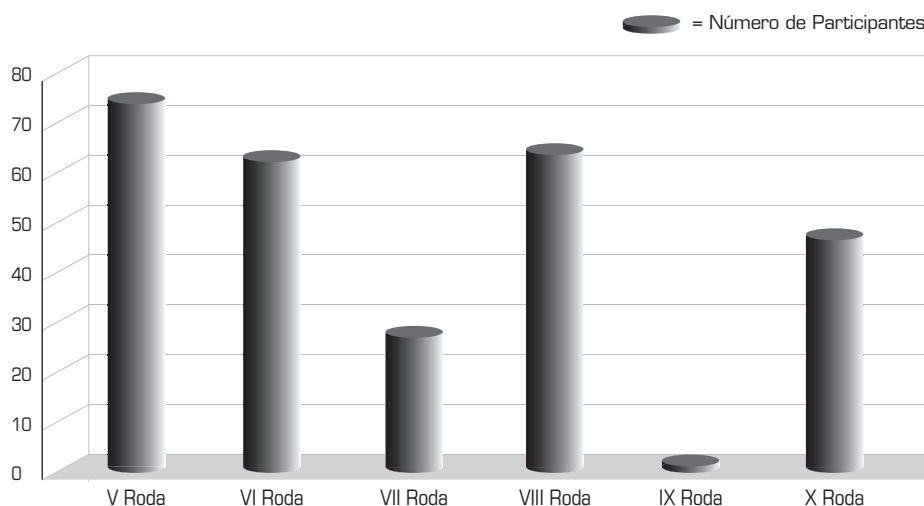
A X Roda de Diálogo foi encerrada pela superintendente do Instituto IRIS, a qual agradeceu a presença dos convidados, do público, dos apoiadores, patrocinadores, investidores e parceiros e de toda a equipe do Instituto IRIS. Sob satisfatórias manifestações de contentamento dos participantes e convidados, o encerramento se deu, pontualmente, dentro do prazo previsto.

**44.** O Dia Mundial Sem Carro é um movimento que começou em algumas cidades da Europa nos últimos anos do século XX e, desde então, vem se espalhando pelo mundo, ganhando a cada edição mais adesões nos cinco continentes. Trata-se de um manifesto/reflexão sobre os gigantescos problemas causados pelo uso massivo de automóveis como forma de deslocamento, sobretudo nos grandes centros urbanos, e um convite ao uso de meios de transporte sustentáveis, entre os quais a bicicleta é a grande vedete. Ver mais em <http://www.diamundialsemcarro.org/>

## Dados estatísticos

### Número de participantes

Por julgar necessário conhecer quantitativamente o seu público, o Instituto IRIS fez perpassar uma lista entre os participantes para que suas assinaturas fossem recolhidas. Dessa maneira, conseguiu-se ter uma estimativa do número de presentes, conforme apontado:



### Questionário Avaliativo

No intuito de manter-se informado sobre o seu público e buscar melhorias em suas atividades, o Instituto IRIS aplicou questionários avaliativos aos seus participantes. Os questionários abordavam as seguintes questões:

- Avaliação Geral
- A sua expectativa em relação ao tema da Roda de Diálogo foi atendida?
- A Roda apresentou ideias que poderão ser implantadas em sua organização?
- A Roda propiciou troca de experiências?
- A Roda ofereceu tempo adequado para o debate?



Em todas as Rodas, a quantidade de questionários preenchidos foi equivalente ao número de participantes. A porcentagem das respostas apresenta-se abaixo (Tabela 3), conforme apontado na tabela. A IX Roda não dispôs, em seu questionário, as mesmas questões dos demais, não possuindo, portanto, seus valores.

**TABELA 3 - PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS AVALIATIVOS**

Rodas	Avaliação geral			Expectativa atendida			Ideias possíveis de serem implantadas na organização			Troca de experiência			Tempo adequado		
	Excelente	Ótima	Boa	Sim	Não	Em partes	Sim	Não	Em partes	Sim	Não	Em partes	Sim	Não	Em partes
V	68,1	25,5	6,4	85,1	0,0	14,9	59,6	6,4	34,0	78,7	6,4	14,9	55,3	17,0	27,7
VI	82,0	18,0	0,0	91,0	0,0	9,0	77,0	5,0	18,0	88,0	2,0	9,0	80,0	7,0	14,0
VII	75,0	25,0	83,0	0,0	17,0	83,0	10,0	7,0	96,0	0,0	4,0	92,0	4,0	4,0	
VIII	84,0	16,0	0,0	92,0	0,0	8,0	76,0	3,0	21,0	75,0	20,0	68,0	10,0	22,0	
IX	61,0	39,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
X	44,0	44,0	12,0	64,0	3,0	33,0	53,0	14,0	33,0	72,0	0,0	28,0	28,0	39,0	33,0



RODAS DE  
DIÁLOGO

## Minicurrículos dos convidados

**BEATRIZ LIMA** | Arquiteta e Mestre em Administração de Empresas pela UFBA, foi Diretora de Planejamento Habitacional da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR e ocupou o cargo de Gerente Nacional de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal de Brasília. Além disso, criou metodologia para utilização de recursos da Lei Rouanet, voltados para habitação de interesse social, participando inclusive, do desenvolvimento da Política Estadual de Habitação de Interesse Social da Bahia (PHIS). Atualmente, é Coordenadora Geral do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador.

**DANIELA SILVA** | Jornalista, Diretora de Comunicação e Gestão de Projetos da SaferNet Brasil, é mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, especialista em Gestão Social para o Desenvolvimento pela mesma universidade e especialista em Gestão da Informação em Mídias. Atuou por oito anos como repórter do jornal A Tarde, com experiência também em outros veículos de comunicação e assessorias de comunicação. É também diretora do Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia.

**DEBORAH BAESSE** | Pedagoga formada pela Universidade Federal do Maranhão, psicopedagoga formada pelo SEDES SAPIENTIAE/SP, especialista em supervisão escolar pela PUC - MG e mestre em educação pelo INSPET/Cuba, Deborah Baesse atuou na área de educação desenvolvendo atividades de docência e coordenação pedagógica em todos os níveis de ensino, da educação infantil a pós-graduação, tendo sido professora da Universidade Federal do Maranhão e do CEFET/MA. Atualmente é gestora do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão – ICE/MA.

**EUGÊNIO LINS** | Arquiteto, Doutor em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, ocupou os cargos de diretoria do Museu de Arte Sacra da UFBA, vice-diretoria da Faculdade Federal de Arquitetura e a superintendência da 7ª SR/IPHAN-BA. Atualmente, é Pró-Reitor de Extensão da UFBA.

**FÁBIO OLIVA** | Natural de Januária/MG, jornalista investigativo, filiado à Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), Oliva é mem-



bro fundador da Associação dos Amigos de Januária – ASAJAN. Em 2007, uma das suas reportagens sobre a corrupção em Januária esteve entre as cinco selecionadas para representar o Brasil no Prêmio Ipy de Jornalismo Investigativo, conferido pelo Instituto Prensa y Sociedad (Lima/Peru) e pela Transparência Internacional para a América Latina e o Caribe - TILAC. Atualmente, cursa o sexto período do Curso de Direito das Faculdades Santos Agostinho, em Montes Claros/MG.

**FÁBIO ROCHA** | Bacharel em Administração de Empresas e pós-graduado em Comunicação Social, Fábio Rocha é especialista em Gestão Integrada de Organizações e mestre em Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Consultor de mais de dez empresas da área de energia elétrica, é responsável pela Elaboração de Balanços de várias empresas, entre elas a ELETROBRÁS, a COELBA e a CHESF, e pela Concepção e Aperfeiçoamento de Balanços Sociais e Ambientais de mais de 30 organizações públicas e privadas, entre as quais ELETROBRÁS, COELBA e Consórcio PRA-1 – Odebrecht. Entre outras atividades que exerce atualmente, Fábio Rocha é sócio-diretor da Damicos Consultoria e Negócios – DCN.

**GERALDO MAGALHÃES MACHADO** | Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA, atualmente é concluinte do Mestrado Profissional e Multidisciplinar em “Desenvolvimento e Gestão Social”, na Escola de Administração da UFBA.

Além de ter sido Superintendente Geral da Fundação Luís Eduardo Magalhães, foi, entre outros cargos não menos importantes, Secretário Executivo da Associação Bahiana de Imprensa – ABI e Diretor Executivo da Fundação Cultural do Estado da Bahia.

Entre outros exercícios, atualmente é Conselheiro da ABGC – Associação Baiana para Gestão Competitiva, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Coordenador de Educação do Programa “Companheiros das Américas” (“Partners of America”).

**GOYA LOPES** | Empresária do ramo de confecção. Diretora de Responsabilidade Social do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Bahia - SINDIVEST. Membro do Comitê de fomento a Responsabilidade Social das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia. Artista Plástica pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Design e Museologia, Expressão e Comunicação Visual e Laboratório Experimental de Estudo sobre a forma de Linguagem Artística pela Università Internazionale Dell’Arte di Firenze – Itália. Criadora da grife Didara, que exporta seus produtos para a Itália e os Estados Unidos.



RODAS DE  
DIÁLOGO

**ISAAC EDINGTON** | Diretor Presidente do Instituto EcoDesenvolvimento. Administrador de Empresas pela UCSAL, Pós Graduação em Psicologia Organizacional pela UNIFACS, formação complementar em Business Strategies for Environmental Sustainability pela Stanford School of Business e Gestão Responsável para Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral. É líder parceiro da fundação Avina, membro do CORES – Conselho de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Presidente do Conselho da Júnior Achievement - Bahia. Sócio-fundador do Todos Pela Educação (TOPA) e membro do Conselho da ONG Cipó Comunicação Interativa.

**LÉO VOIGT** | Sociólogo e Mestre em Ciência Política pela UFRGS, é professor universitário especialista nos temas: Terceiro Setor, Responsabilidade Social Empresarial e Políticas Públicas e Defesa de Direitos. Além de ter sido presidente da Cruz Vermelha Brasileira no Rio Grande do Sul, foi diretor da Fundação Maurício Sirotsky e atualmente é seu Conselheiro. Voigt foi também diretor e presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE e coordenou também a Política de Proteção à Infância na Prefeitura Municipal de Porto Alegre de 2005 a 2007 – Governo Fogaça.

Atualmente, integra os Conselhos das seguintes organizações: Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI, em Brasília; Bolsa de Valores Sociais e Ambientais da BOVESPA, em São Paulo; Instituto de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia – IEPP, em Porto Alegre; Conselho e Mesa Administrativa da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Conferencista, palestrante e membro associado das Fundações Kellogg e AVINA, desde 2007 é Diretor Executivo do Instituto Vonpar, com atuação focada nos dois estados do sul do Brasil.

**LUIS ULLA** | Licenciado em Trabalho Social e especialista em Planificação Social, Luis Ulla é professor de graduação e pós-graduação em Ética e Responsabilidade Social Empresarial e Sociologia das Empresas, bem como especialista em Gestão de Organizações Não-Governamentais. Becario da Fundação W. K. Kellogg's para temas de Filantropia e Responsabilidade Social, Ulla é co-fundador e atual diretor do Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial – IARSE e também co-fundador do Instituto para a Cultura, a Inovação e o Desenvolvimento – INCIDE.

**MARIA DO SOCORRO** | Natural de Ilhéus/BA, aposentada pela EMBRATEL, empresa para a qual prestou serviço durante 22 anos como Gerente da Área de Negócios e Consultora de Vendas, Maria do Socorro é hoje presidente da ONG Movimento Ação Ilhéus, fundada desde 2008.



**NEYLAR LINS** | Mestre em administração e professora da Escola de Administração da UFBA, Neylar Lins é, atualmente, representante da AVINA Brasil para a região Nordeste e Presidente do Conselho Político Estratégico do Instituto Aliança com o Adolescente, Oscip que criou em 2002. Atua há mais de 20 anos no terceiro setor brasileiro, tendo dirigido a Fundação Odebrecht, presidido o GIFE e participado de inúmeros Conselhos entre as quais o Conselho Nacional de Juventude, Instituto Ayrton Senna, CEATS/USP, Comunidade Solidária, Cipó-Comunicação Interativa. Também integrou vários Comitês Técnicos, entre os quais o Comitê de Pesquisa da Aliança Capoava e o Comitê de Seleção do Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa.

**ROSANA BOULLOSA** | Doutora em Políticas Públicas pela Università IUAV di Venezia, em Veneza-Itália. Professora da Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração (Departamento de Estudos Organizacionais/DEO), associada do Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social/CIAGS, desde 2006. Vencedora do Prêmio Giovanni Ferraro, de melhor tese Italiana em Planejamento e Políticas Públicas. Atua no campo da Gestão Social e Desenvolvimento, com particular atenção aos aspectos da formação em gestão social.

**SUSANA LEAL** | Graduada em Comunicação Visual e pós graduada em Marketing, Susana Leal inseriu-se na área social há 10 anos, através do Programa LIP - Liderazgo En Filantropia En Las Américas, promovido pela Fundação W. K. Kellogg's, para implantar o Núcleo Pernambuco do Projeto Ação Empresarial pela Cidadania no Brasil.

Atualmente, é Diretora de Relações Institucionais do Instituto Ação Empresarial Pela Cidadania/PE e membro do Conselho Fiscal da Fundação CDL/Recife, do Conselho de Cidadania da Federação das Indústrias de Pernambuco, do Conselho Diretivo da Visão Mundial no Brasil e do Conselho Diretivo da Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial - ANDE. Ademais, Susana Leal é líder-parceira da Fundação Avina no Nordeste do Brasil.

**SUSANA VARJÃO** | Mestre em Comunicação e Cultura pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, a jornalista é uma das fundadoras do Movimento Estado de Paz, integrante do Grupo Gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência, além de membro da Rede de Lideranças Sociais da Fundação AVINA. Integra também a Rede Desarma Brasil, que representa 70 ONG's em todo o país. Suzana Varjão recebeu 28 prêmios de reportagem ao longo de sua carreira, a maioria pela defesa dos direitos humanos.



RODAS DE  
DIÁLOGO

**TED LAGO** | Pós-graduado em Gestão Estratégica e Finanças Corporativas pelo IAG/PUC-RJ, Ted Lago é presidente do Conselho do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão – ICE/MA, que conta hoje com 64 empresas associadas que atuam no estado. Além disso, é coordenador da Rede Social de Segurança Cidadã, membro do comitê de CEO's da Rede América Brasil e, entre outras atuações, é também membro da rede de líderes-parceiros da Avina e do Conselho do Observatório Social de São Luis e do movimento Nossa São Luis, que tem como objetivo definir e monitorar indicadores de sustentabilidade e qualidade de vida da cidade de São Luís/MA.

**UBIRATAN FÉLIX** | Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFBA e Especialista em Gerenciamento Ambiental pela UCSAL. É Secretário de Infraestrutura, Transporte e Trânsito da cidade de Vitória da Conquista, Presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Professor do Instituto Federal da Bahia - IFBA e Assessor Especial da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza



# Equipe de trabalho

## **INSTITUTO IRIS**

### **Izabel Portela**

Superintendência

### **Eunice da Cruz**

Assistente de Projetos

### **Nely Alves**

Coordenação Administrativa e Financeira

### **Ena Lélis**

Relatoria

### **Marcel Bane**

Estagiário da Assessoria de Comunicação

